

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA

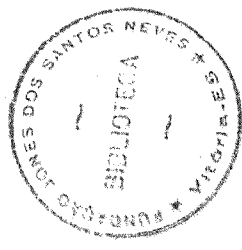
PROGRAMA CPM/BIRD - SUBPROJETO VITÓRIA:
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO INTEGRADA
- PERFIS DE PROJETOS

VERSÃO PRELIMINAR
VOL. 1



FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

428 098152035
K981.1p
3756/80
v. 1
TJ 00 403



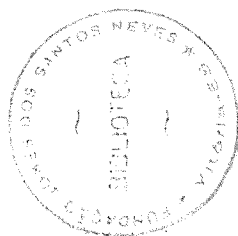
PROGRAMA CPM/BIRD - SUBPROJETO VITÓRIA:

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO INTEGRADA

- PERFIS DE PROJETOS

VERSÃO PRELIMINAR

VOL.1



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA
FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

PROGRAMA CPM/BIRD - SUBPROJETO VITÓRIA:
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO INTEGRADA
- PERFIS DE PROJETOS

VERSÃO PRELIMINAR

VOL.1



MAIO/80

GOVERNADOR DO ESTADO

Eurico Vieira de Rezende

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

Arlindo Villaschi Filho

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Carlos Alberto Von Schilgen

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA

Américo Bernardes da Silveira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA

Aldo Alves Prudêncio

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

Sebastião José Balarini - Diretor Superintendente*Antonio Luiz Borjaille* - Diretor Técnico

EQUIPE PERMANENTE DO PROGRAMA CPM/BIRD

ÓRGÃOS PARTICIPANTES

Secretaria de Estado da Cultura e do Bem Estar Social - SEBS/ES
Secretaria de Estado da Educação - SEDU/ES
Secretaria de Estado do Planejamento - SEPL/ES
Secretaria de Estado da Saúde - SESA/ES
Secretaria de Estado da Segurança Pública - SESP/ES
Centro de Assistência Gerencial do Espírito Santo - CESA/ES
Companhia Espírito-santense de Saneamento - CESAN
Companhia Brasileira de Alimentação - COBAL
Departamento Estadual de Obras - DEO/ES
Departamento Estadual de Estradas de Rodagem - DER/ES
Espírito Santo Centrais Elétricas S/A - ESCELSA
Fundação Jones dos Santos Neves - FJSN
Prefeitura Municipal de Vitória - PMV
Prefeitura Municipal de Vila Velha - PMVV
Prefeitura Municipal de Cariacica - PMC
Sistema Nacional de Emprego - SINE/ES
Telecomunicações do Espírito Santo S/A - TELEST

TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

Coordenação

André Tomoyuki Abe - Arquiteto

Análise Econômico-financeira

Osmar Cipriano da Silva - Economista

Emprego e Renda

Elizete Cardoso - Assistente Social

Luiz Alberto Varejão - Economista

Maira Heloisa Dias Figueiredo - Socióloga

Infra-estrutura Urbana

16 Sebastião Sales de Sá - Engenheiro Sanitarista

Circulação Urbana

3 Carlos Cândido Caser - Matemático 3

Regularização Fundiária

9 Magno Pires da Silva - Administrador de Empresas

Equipamentos Sócio-comunitários

14 Maria Heloisa Dias Figueiredo - Socióloga

EQUIPE DE APOIO TÉCNICO

17 Sérgio Martins Filho - Engenharia Civil

Manços Fernandes Di Cavalcanti - Engenharia Civil

1 Maria Cristina Mello de Lima - Engenharia Civil

6 Isabel Cristina Sampaio - Engenharia Civil

15 Maria Cristina Charpinel Goulart - Direito

15 Miriam Santos Cardoso - Matemática

7 José Jacyr do Nascimento - História

1 Carlos Augusto de Vita Maciel - Economia 2

6 José Alves de Freitas - Economia

APOIO LOGÍSTICO

Equipe de Programação Visual

Equipe de Mecanografia

Equipe de Gráfica e Reprodução

Equipe Administrativa

Equipe de Suprimento

APRESENTAÇÃO

A Fundação Jones dos Santos Neves, integrante do Sistema Estadual de Planejamento, constitui-se na Unidade Administrativa de Subprojeto do Projeto Cidades de Porte Médio levado a efeito a partir do Convênio assinado em julho de 1979 entre o Banco Mundial (BIRD) e o Governo Brasileiro, através do Ministério do Interior/Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Esse programa visa intervir em bolsões urbanos de pobreza, com o objetivo de possibilitar a melhoria da qualidade de vida às populações carentes. Tal programa será financiado por recursos do BIRD e do Governo Federal, que serão alocados pelo Fundo Metropolitano de Desenvolvimento Urbano, cuja gerência será exercida pelo Conselho de Desenvolvimento da Grande Vitória e terá sua execução através das Prefeituras Municipais e concessionárias de Serviço Público.

O problema habitacional das populações de baixa renda não se restringe à escassez de habitação ou oferta reduzida, mas tem sua principal causa no baixo índice de renda desses contingentes populacionais. Expulsas do campo, buscando oportunidades de emprego nas grandes cidades, essas populações se deparam com um baixo índice de absorção de empregos institucionalizados, oferta que, a cada dia, se defronta com a queda de poder aquisitivo, em razão da gradual diminuição de remuneração da venda da força-de-trabalho.

Com o reduzido valor da renda, o trabalhador tem que fazer frente às despesas familiares de alimentação, transporte, remédios e vestuário, em regime de subsistência. Quando dispõe de salário, seu minguado e escasso

valor torna-se forte obstruidor da possibilidade de aquisição de casa pró pria com os mínimos requisitos que garantam um viver urbano condigno.

Entretanto, essa população, de uma maneira ou outra, mora. Precariamente. Reduzindo o custo da moradia tem que sacrificar, sucessivamente, os itens onerantes: a qualidade do abrigo, a disponibilidade de infra-estrutura, a acessibilidade e a estabilidade, ocupando áreas de invasão sob expectativa de ser dali expulso no momento seguinte.

A limitação das ações públicas sistemáticas possibilitou o acúmulo dos problemas sócio-econômicos, decorrentes do próprio desenvolvimento do País. O predomínio nas ações da concepção de que a dimensão social se re sume ao residual da política econômica levou à separação estanque entre o econômico e o social.

A abordagem das intervenções no setor habitacional tem sido predominante mente econômica, relegando ao segundo plano as questões sociais, não ata cando as causas primordiais dos problemas do setor, que são de natureza estrutural.

O planejamento habitacional deve enquadrar-se dentro de uma estratégia global de desenvolvimento - econômico, social, urbano e comunitário - e estar, portanto, associado à fixação de medidas simultâneas em outros se tores de atividades, como uma intensificação de uma política de emprego e elevação de renda, bem-estar social, política urbana, desincentivo à migração, fortalecimento de poderes locais, etc.

O que se propõe é uma atuação dentro de um conceito de *habitat* urbano, dotando a população carente de condições urbanas e sociais, para que esta disponha de elementos mínimos sobre o qual tenha meios de equacionar seu problema de abrigo.

Para tanto, o grupo de estudos sobre habitação da FJSN selecionou, entre oitenta e dois assentamentos com padrões subnormais existentes na Aglomeração da Grande Vitória, quatro áreas para a realização de intervenção, localizadas nos municípios de Vitória, Vila Velha e Cariacica, compreendendo um total de 12 bairros com uma população carente estimada em 75 mil moradores. Nesses assentamentos propõe-se a aplicação de programas envolvendo as três categorias: emprego e renda, infra-estrutura e administração municipal.

A avaliação das propostas do Subprojeto são realizadas em duas etapas: na primeira, são apresentados e analisados a estratégia de intervenção e os perfis de projetos, a fim de garantir que os mesmos contribuam para os objetivos do Projeto e sejam compatíveis com a estratégia de desenvolvimento urbano e social. Na segunda, as propostas, levadas a nível de ante-projeto, são analisadas quanto à sua viabilidade e quanto ao seu alcance, considerados dentro da política social do BIRD.

Esse trabalho se constitui na apresentação da estratégia de intervenção adotada pela FJSN e dos perfis dos projetos propostos para a sua concretização.

Constitui-se de dois volumes, sendo apresentado, no primeiro, a política estadual de planejamento econômico, social e urbano, e o enquadramento da política de intervenção em áreas de baixa renda, seguido de uma análise das condições desses assentamentos subnormais na Grande Vitória e a escolha de quatro áreas de intervenção do programa CPM/BIRD no Subprojeto Vitória.

No segundo, são apresentados os perfis dos projetos destinados à consecução dessa política, constituídos de três grupos principais:

- a) aqueles propostos para a geração de emprego e renda, nas quatro áreas de intervenção;
- b) aqueles propostos na categoria infra-estrutura, para regularização fundiária, equipamentos sócio-comunitários e circulação urbana, estes abrangendo

gentes aos municípios;

- c) aqueles propostos para a melhoria dos equipamentos de infra-estrutura em cada uma das áreas de intervenção: Santa Tereza, Maria Ortiz, Porto de Santana e Santa Rita. Alguns dos perfis não apresentam estabelecimento de custos, por dependerem de melhor definição técnica ou político-institucional.

SUMÁRIO

PÁGINA

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. Uma estratégia de intervenção integrada	12
1.2. Seleção das áreas prioritárias de intervenção	24
1.3. A escolha das áreas de intervenção do Subprojeto Vitória ...	39
2. AS ÁREAS DE INTERVENÇÃO	48
2.1. Dados gerais	49
2.2. Aglomerado de Santa Tereza	51
2.3. Bairro Maria Ortiz	54
2.4. Aglomerado Santa Rita	57
2.5. Bairro Porto de Santana	75
3. ANÁLISE ADMINISTRATIVA, INSTITUCIONAL E FINANCEIRA DOS ÓRGÃOS IN TERVENIENTES	78

LISTA DE MAPAS

DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO

1. ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS EM VITÓRIA, VILA VELHA E CARIACICA
2. ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS E ÁREAS DOS GRANDES PROJETOS NO MUNICÍPIO
DA SERRA
3. SANTA TEREZA
4. MARIA ORTIZ
5. PORTO DE SANTANA
6. SANTA RITA

1.

INTRODUÇÃO

1.1.

UMA ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO INTEGRADA

1.1.1. INTRODUÇÃO

A economia capixaba baseou-se, durante quase um século, no setor primário exportador centrado no café, de cujas oscilações dependia seu desempenho. Esse modelo passou a apresentar sintomas de declínio a partir da década de 50, com a queda dos preços internacionais do produto e a exaustão progressiva da fertilidade natural dos solos.

A economia cafeeira teve um acentuado declínio na década de 60, com o programa federal de erradicação do café, que tornou-se responsável por uma grave crise na economia capixaba, principalmente no campo social, tendo causado queda nos níveis gerais de emprego e renda, mobilização espacial intensa, modificação na estrutura fundiária, dentre outros males.

Na mesma época, processava-se a modernização e integração da economia nacional através da divisão inter-regional das funções produtivas, na qual o Espírito Santo inseriu-se mais tarde, já nos anos 70. Explorou-se, sobretudo, as vantagens locais do Estado, com base na exportação de serviços e de produtos semi-acabados, através de empreendimentos a partir de recursos do DL-880 e, principalmente, do Governo Federal. Após uma fase de incentivo à implantação de pequenos e médios estabelecimentos industriais, os investimentos voltaram-se para os empreendimentos de grande porte, direcionados para a economia exportadora.

Isso levou à necessidade de reaparelhamento físico, na tentativa de eliminar os estrangulamentos infra-estruturais que caracterizavam a região, nos setores de transporte, telecomunicações e, principalmente, na área urbana.

1.1.2. A DIMENSÃO ESTADUAL

As intervenções na política urbana e, particularmente, na habitacional, tem sido de caráter econômico e físico-territorial, abordando as questões sociais à jusante, não atacando as causas primordiais da crise urbana, que são de natureza estrutural. O Estado do Espírito Santo optou por uma política de rearticulação da rede urbana a nível estadual, procurando abranger na organização territorial a distribuição espacial da população e dos recursos das atividades econômico-sociais, tendo a região como quadro operacional da política de desenvolvimento.

A ação regional é entendida como o conjunto de atitudes e ações, políticas e técnicas, que consubstanciam intervenções orientadas no sentido de promover uma organização territorial mais adequada, orientada para que o planejamento não seja apenas um instrumento de racionalidade administrativa mas, também, um indutor da mudança social, valorizando o homem capixaba, estabelecendo condições que propiciem o bem estar e melhores condições na qualidade de vida da população, no sentido amplo.

Deverá voltar a atuação, de maneira impessoal e coerente, prioritariamente àqueles setores que atendem às aspirações básicas da população e que sejam identificadas como carentes e deficientes, no campo econômico, social e cultural, buscando diminuir os desequilíbrios intra-estaduais, promovendo um desenvolvimento que possa configurar-se como agente de mudanças estruturais reduzindo os diversos contrastes e contradições.

1.1.3. A DIMENSÃO REGIONAL: A ESTRATÉGIA ESPACIAL

A Grande Vitória, considerada como pólo alternativo no contexto desenvolvimento brasileiro, terá que ser preparada para absorver o crescimento acelerado que experimentará nos próximos anos, dotando-a de uma estrutura básica como suporte para o seu desenvolvimento.

Assim sendo, o primeiro passo foi a definição espacial dessa estrutura de suporte, através do PEE - Proposta de Ordenamento da Aglomeração da Grande Vitória* que, considerando diversos fatores, propõe uma política de função urbana especializada, de cunho metropolitano, baseada:

- a) no controle da expansão da conurbação atual, reordenação espacial das atividades e maximização da utilização da infra-estrutura através do adensamento da área ocupada;
- b) na definição de unidades urbanas periféricas, setores semi-autônomos da Aglomeração atendidos nas diversas funções urbanas, afim de descongestionar o Centro;
- c) na preservação de áreas de interesse histórico, paisagístico e ecológico e na vitalização das atividades agropastoris nas áreas aproveitáveis, resguardando-as contra as tendências de ocupação urbana.

A política territorial urbana procura o reordenamento do território, que leva a alternativas locacionais e maior homogeneização do espaço urbano, baseada nos seguintes critérios funcionais:

- a reorganização do uso do solo, procurando um desenvolvimento racional das atividades, visando uma utilização mais equilibrada da estrutura urbana;
- a reorganização da estrutura urbana, redirigindo os potenciais de atração aos Centros de Animação e redistribuindo os fluxos, através de um sistema de circulação hierarquizado, e constituindo-se unidades urbanas periféricas.

A Aglomeração Urbana da Grande Vitória vem desempenhando papel fundamental na absorção dos contingentes populacionais expelida do setor agrícola. Na década de 50, quando a população da Grande Vitória era de 111 mil

*ESPÍRITO SANTO. Secretaria do Planejamento. Fundação Jones dos Santos Neves. *Grande Vitória: Uma Proposta de Ordenamento da Aglomeração Urbana (Plano de Estruturação do Espaço)*. Vit., 1976.

habitantes, recebeu quase 59 mil imigrantes; na década de 60, somaram-se aos 198 mil habitantes da microrregião, nada menos que 126 mil migrantes e nos primeiros sete anos da década seguinte o saldo foi de 64 mil migrantes que somaram-se aos 386 mil moradores da Grande Vitória.

QUADRO 1

GRANDE VITÓRIA: CRESCIMENTO POPULACIONAL

PERÍODO	1950/60	1960/70	1970/77
População inicial	110.931	198.265	385.998
Crescimento vegetativo	28.721	61.517	56.200
Saldo das migrações	58.613	126.216	64.100
População final	198.265	385.998	504.298

Fonte: FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Informações Básicas para o Planejamento Urbano*. Doc. 2, 1979.

Não obstante a oferta de empregos no mercado de trabalho ter crescido mais rapidamente que a População Economicamente Ativa (PEA), o grau de participação ainda permanece baixo (42,7%). Observe-se, também, que estão considerados entre os *ocupados* os empregados por conta própria, parceiros e membros não remunerados de família, profissões caracteristicamente instáveis e de baixa produtividade ou seja, alguns trabalhadores do setor informal.

QUADRO 2

GRANDE VITÓRIA: PEA E EMPREGO

ANO	1970	1977
População de 10 anos e mais	277.059	360.393
População Economicamente Ativa	107.211	153.976
Grau de participação (%)	38,7%	42,7%

Fonte: FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Informações Básicas para o Planejamento Urbano*. Doc. 2, 1979.

A participação desse setor na absorção de mão-de-obra demonstra que o desenvolvimento da cidade não tem sido acompanhado do crescimento da absorção da mão-de-obra em empregos estáveis, ou seja, há um baixo índice de absorção em empregos institucionalizados, o que coloca em dúvida a qualidade desse desenvolvimento sob o ponto de vista social.

QUADRO 3

GRANDE VITÓRIA: SETOR DE OCUPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Participação do setor informal na PEA (%)	27,1
Grau de ocupação do setor informal (%)	11,6
Grau de ocupação do setor formal (%)	31,1

Fonte: FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Informações Básicas para o Planejamento Urbano*. Doc. 2, 1979.

Paralelamente a esse fenômeno, observou-se uma concentração da renda, tendo 56% da população mais carente reduzido sua participação na renda do Estado de 20,5% para 16,8% no período 70/77, o que indica que a população de baixa renda teve participação menor no crescimento econômico. Acrescenta-se ainda a redução acelerada do poder de compra do salário, para concluirmos que a qualidade de vida da população na Aglomeração tem piorado e que, a ação do poder público terá que realizar esforços para que o crescimento econômico seja acompanhado de concomitante geração de emprego e renda e adequado provimento de equipamentos para o desempenho das funções urbanas.

A política de desenvolvimento econômico da região tem sido voltada para as atividades cujo dinamismo apoia-se no uso intensivo dos fatores capital e mão-de-obra qualificada. As unidades de capital intensivo tem capacidade reduzida de proporcionar emprego, principalmente à mão-de-obra caracteristicamente de baixa qualificação, que desvia-se então para setores da economia geralmente incapazes de oferecer salários e empregos permanentes. O máximo que se pode esperar, e que vem se verificando, é seu aproveitamento apenas na fase de construção dos chamados Grandes Projetos.

As desigualdades de renda, portanto, tendem a manter-se através de uma estrutura de produção que se beneficia da modernização tecnológica, empregando um número reduzido de mão-de-obra, tendo como efeito residual a geração de um número desproporcional de empregos indiretos, predominantemente urbanos, instáveis e mal remunerados e, o que é mais grave, um grande contingente de subempregados e desempregados.

Na realidade, a pobreza tem aumentado e adquire contornos mais dramáticos em situações de crescimento rápido provocado por intervenções exógenas. O planejamento tem se omitido quanto ao problema da pobreza, na esperança de que os resultados do desenvolvimento econômico por ele proporcionado leve à participação geral no bem estar, o que não ocorre, pois a mobilida

de social ascendente é seletiva e discriminatória. A limitação das ações públicas sistemáticas possibilitou o acúmulo dos problemas sócio-econômicos, decorrentes do próprio desenvolvimento.

1.1.4. A QUESTÃO DA HABITAÇÃO

A crescente urbanização da sociedade capixaba e a inexorável evasão rural, agravada sobremaneira pela deterioração das condições de vida no campo, configuram um painel das contradições sociais que se manifesta na Grande Vitória. Aqui, os problemas sócio-econômicos se agravam e encontram condições propícias para se reproduzirem, distanciando-se do controle do Poder Público.

A pobreza que impera em larga escala no Aglomerado da Grande Vitória projeta-se, entre outros sistemas, nas precárias condições da habitação. De um déficit habitacional estadual de mais de 80 mil domicílios, quase 40 mil aqui se manifestam, levando em conta a população de 262.000 moradores em bairros carentes. Considerando a eliminação do déficit até 1984, haveria uma oferta global necessária da ordem de 18 mil unidades por ano.

O enfoque dado ao problema habitacional não pode ser, todavia, eminentemente quantitativo. A abordagem das intervenções no setor habitacional voltadas para o prisma econômico, encaminhadas de cima para baixo, tem alijado as populações de baixa renda do Sistema Financeiro da Habitação. A solução individual da habitação e o encaminhamento para obtê-la tem sido feito fora do SFH por esse estrato. A configuração do espaço urbano edificado tem-se realizado, portanto, ao largo do controle do Poder Público.

A habitação, fator de fixação ao território onde se desenvolve uma atividade produtiva, está longe de se constituir no problema maior da dinâmica social. Obstáculos poderosos, situados no custo da terra, dos materiais e da infra-estrutura, de um lado, e no baixo poder aquisitivo de grande

parcela de população, de outro, criam impasses e distorções de difícil e quacionamento. O problema habitacional não é uma questão econômica que apenas se resolverá pelo equilíbrio entre oferta e demanda. Não decorre de um simples desequilíbrio entre a carente oferta de imóveis e uma ampla população consumidora, mas é um complexo problema com dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas. Conceber a moradia como algo isolado tem implicado numa prática governamental geradora de desequilíbrio; não se pode desligar a moradia de todos os complementos essenciais à vida so cial e cultural dos habitantes. Não apenas o abrigo, mas a garantia da fixação na cidade para o trabalhador urbano.

1.1.5. A INTERVENÇÃO INTEGRADA

As grandes cidades contemporâneas têm sido duramente atacadas por sociólogos e humanistas, moralistas e médicos, pelas condições em que impõem dis tintas tarefas aos cidadãos. O anonimato, a desagregação familiar, a in compreensão, a automação das pessoas, a delinquência, as enfermidades e degenerações psíquicas, o egoísmo, a falta de fraternidade, assim como, todo tipo de frustrações são razões muito poderosas para se atacar a grande ci dade. Mas, deve se ter em conta que o que se ataca não é a grande cidade como tal, mas sim a sua estrutura desumana, desproporcionada, produto de um jogo de forças econômicas onde é possível afirmar que o humano é mera mente acidental.

Nessas circunstâncias, a justiça social é de prática difícil, ou o é qua se pela força; muito menos praticável é a compreensão e a amizade para com as pessoas, que são todos e não é ninguém nas grandes cidades antico munitárias. Os investimentos públicos, quando procuram socializar os be nefícios, distribuindo-os de uma forma menos distorciada, causam involun tários desequilíbrios pela ocorrência de um processo de valorização das áreas beneficiadas.

Essa diferenciação também se manifesta na apropriação do espaço físico da Aglomeração da Grande Vitória, que se faz por dois caminhos bastante distintos; um, institucionalizado, através de documentos com o mais amplo respaldo legal, contempla as chamadas transações normais, realizadas pelos segmentos de melhor poder aquisitivo. O outro resulta da ocupação de morros, mangues e periferias distantes por uma série de contingências, dentre as quais destaca-se o próprio imobilismo no não cumprimento dos textos da lei, que deveria dar oportunidade a todos e tributar aqueles que se apropriam da mais-valia decorrente do processo de urbanização. Este segundo canal pode ser visto como sendo informal, mas é extremamente representativo na medida em que contempla a única opção de apropriação possível e viável da obtenção da moradia para a maioria da população.

Essa incoerência e desordem aparente no plano formal-espacial, escondem, na verdade, uma estrutura perfeitamente lógica. O espaço urbano é organiizado, ocupado e apropriado de acordo com o seu valor de uso, e configura-se de acordo com um sistema econômica, social e ideológico que o constrói.

É fundamental o delineamento de uma política habitacional que considere a realidade social e física da Aglomeração da Grande Vitória em suas partiicularidades, procurando não simplesmente o equacionamento do hiato entre oferta e demanda, mas redistribuindo as oportunidades de acesso não apenas à moradia, mas a todos os equipamentos urbanos compatíveis com um modo de vida mais justo. Deve, sobretudo, consistir na dotação de um bem estar social adequado à sobrevivência do trabalhador na cidade, enquanto cidadão e elemento do sistema produtivo e, principalmente, enquanto ser humano.

Sob essa premissa, uma intervenção no urbano deve necessariamente se dar de maneira global, envolvendo aspectos (físicos, sociais, econômicos, políficos e culturais, e considerando o equilíbrio entre esses fatores.

Essa política deve contemplar, dentre outros aspectos:

- . a necessidade de não se permitir o isolamento físico da função *habitat* daquelas fundamentais à vida urbana quais sejam, trabalho, circulação, educação, saúde, segurança, cultura e lazer;
- . a urgência de procurar-se compatibilizar o uso do solo urbano às necessidades de preservação do meio-ambiente, de forma a adequar a interação homem x ambiente a uma visão da realidade presente sem que sejam esquecidas as gerações futuras;
- . a consciência explícita de que a procura de alternativas sociais, técnicas ou financeiras não deve estar condicionada a complexos diagnósticos sócio-econômicos quantitativos mas situa-se como irrecusável e inadiável.

Por outro lado, a população não pode mais ser vista como uma massa passiva; é necessário hoje reconhecer que, ao menos potencialmente, a população urbana é dotada de poder de reivindicação. Por isso, na solução do problema habitacional é necessário buscar, testar e comprovar a necessidade de participação popular.

A população deve ser indutora das suas necessidades e a articuladora na preservação e recriação de seus valores culturais. A participação comunitária é um dado crescente e elemento essencial para o sucesso de uma política habitacional. A habitação, em seu conceito amplo, é um dado cultural e materializador das condições sociais de uma população, representando um modo de sobreviver na cidade, mesmo nos críticos momentos de desemprego. O problema habitacional só será satisfatoriamente resolvido se a moradia for encarada como forma concreta de cultura.

Entende-se também que o problema habitacional está intimamente vinculado ao problema da renda familiar e da estabilidade de remuneração. Sem fornecer oportunidades e condições efetivas e reais de renda/emprego à popu

lação, as intervenções não alcançarão os efeitos desejados, podendo, inclusive levar à ampliação das contradições.

É muito importante dispor de zonas de habitação, de indústrias e de negócios em forma contígua e dosada de tal modo que os locais de trabalho estejam vizinhos às moradias, mas também que as casas estejam livres de gases e fumaça industrial nocivos. É importante dispor dos equipamentos de transporte, educação, saúde e segurança, mas é fundamental que estes sejam aceitos pela comunidade e prestem o serviço efetiva e permanentemente. É necessário que individualidade de cada cidadão e de cada habitação estejam de acordo com a condição de parte do coletivo, comportando-se como tal.

Para tanto, o Poder Público deve estar equipado para se fazer presente e ter condições de exercer suas funções de arbitramento, política e administração.

O trabalhador, com sua minguada renda, faz frente às despesas familiares de alimentação, transporte, remédios e vestuário, em regime de subsistência. Quando dispõe de salário, seu reduzido valor torna-se forte obstruidor da possibilidade de aquisição de casa própria. Para morar, essa população se vê obrigada a reduzir o custo da moradia sacrificando, sucessivamente, a acessibilidade, a disponibilidade de infra-estrutura, a qualidade da moradia, a estabilidade fundiária.

Constrói seu abrigo com recursos próprios, ajudado pelos que lhe são próximos, com materiais acessíveis comprados a prazo ou improvisados, sem maiores exigências, despretensiosamente. Tampouco tem dispêndio com projetos desenhados e registrados. Seu projeto é projeção, em todos os sentidos. Configura-se em sua mente o sonho, a antecipação, o valor. É materializado aos poucos, conforme suas disponibilidades, dedicando seu tempo livre. É uma forma de cultura, em outro circuito. Não se pode subes-

timar a sua capacidade de improvisação, sua versatilidade e seu despojamento de preconceitos com relação a técnicas e materiais.

O que propomos é um amplo conceito de habitação, dotando a população carente de condições urbanas e sociais para que disponha de elementos mínimos sobre o qual tenha meios de equacionar seu problema de moradia.

É necessário buscar desenvolver experiências práticas e alternativas dentro do conceito de habitação social, encarado no sentido amplo de *habitat* urbano. Essa abordagem adquire relevância quando tem como objeto as áreas de assentamentos subnormais, onde as diversas características de marginalidade social estão inter-relacionadas: a marginalidade econômica, a social, a fundiária, a infra-estrutural e física. Tentar corrigir um dos itens de maneira isolada significaria o desequilíbrio e consequente desintegração dessas comunidades, permanecendo o problema irresoluto. Um programa de desenvolvimento social, para atender à faixa de população carente, deve dar prioridade aos aspectos de emprego e renda, serviços sociais, infra-estrutura e, principalmente, à legitimação fundiária.

1.2. SELEÇÃO DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO

A incidência de habitantes em assentamentos subnormais na área da Grande Vitória, atinge hoje a alarmante cifra de 262.000 pessoas carentes, perto de 47% da população da Grande Vitória em 1979, povoando 82 ocupações em mangues e morros em quatro dos municípios da microrregião, sendo que, no quinto, predominantemente rural até recentemente, começam a surgir bairros de loteamentos de baixa categoria.

Desses assentamentos, 32 estão no município de Vitória, 34 em Vila Velha, 12 em Cariacica e 4 na Serra. 39 deles são ocupações sobre mangues ou baixadas e 43 sobre morros ou encostas.

Da população considerada carente 99.080 reside em Vitória, 107.390 em Vila Velha, 43.150 em Cariacica e 12.000 na Serra.

QUADRO 4

GRANDE VITÓRIA: ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS (quadro resumo)

MUNICÍPIO	LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE	Nº DE HABITAÇÕES	Nº DE HABITANTES
VITÓRIA*	Baixadas e Mangues	07	3.186	15.930
	Morros	25	16.830	84.150
VILA VELHA	Baixadas e Mangues	26	17.228	86.140
	Morros	08	4.250	21.250
CARIACICA	Baixadas e Mangues	03	2.380	11.900
	Morros	09	6.250	31.250
SERRA	Baixadas e Mangues	03	1.700	8.500
	Morros	01	600	3.000
TOTAIS	Baixadas e Mangues	39 (47%)	24.494	122.470
	Morros	43 (52%)	27.930	139.650
	TOTAL	82	52.424	262.120

*Incluídos os assentamentos objetos de intervenção do convênio PMV/BNH.

A seleção de áreas para intervenção contemplou 75 dos assentamentos urbanos subnormais, os quais foram comparados por critérios uniformes e homogêneos que possibilitassem a escolha dos assentamentos efetivamente prioritários entre os carentes. Os 7 assentamentos contemplados pelo convênio BNH/Prefeitura Municipal de Vitória foram excluídos da seleção.

Numa primeira etapa foram adotados dois grupos de critérios para comparar os bairros:

- . renda média familiar
- . grau de carência

O procedimento foi descrito no documento apresentado em janeiro de 1980 para definição da estratégia de atuação de Vitória no Programa CPM/BIRD* e vai sintetizado a seguir.

Foi elaborada uma matriz de prioridades a partir de pesquisa por observação realizada nos bairros, considerando 20(vinte) indicadores de qualidade de vida em cada assentamento. A esses indicadores, considerados na sua interdependência e na incidência, foram conferidos pesos os quais, somados, resultaram na avaliação por grau de carência.

Os indicadores foram agrupados de acordo com os seguintes itens:

I - INFRA-ESTRUTURA

- terrenos alagáveis
- alinhamento das casas

*ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado do Planejamento/Fundação Jones dos Santos Neves. *Projetos Cidades de Porte Médio/CNDU/BIRD - Grande Vitória: Documento Básico para Definição de Projetos*. Janeiro de 1980.

vias não carroçáveis
soluções para esgoto
rede de água
fornecimento regular de água
ligação elétrica domiciliar
iluminação pública

II - SERVIÇOS

transporte coletivo
escola de 1º Grau
proximidade de posto médico
policiamento
escola de 2º Grau
curso de alfabetização de adultos
atendimento médico
posto policial

III - SITUAÇÃO JURÍDICA

casas próprias
documentação terreno
propriedade do terreno

IV - EMPREGO

constatação de desemprego

A somatória dos pesos nos aspectos diversos resultou num ordenamento por indicadores brutos de carência.

Verificou-se que, não obstante os assentamentos menores reunirem maior número de pontos, por se constituírem em sua maioria de segmentos de bairros, tal carência torna-se relativa, pois dispõem das facilidades urbanas nesses bairros próximos. Por esse motivo, os equipamentos alocados nesses assentamentos teriam o atendimento limitado à sua população.

Para que a carência bruta não se tornasse fator preponderante, adotou-se um fator de ponderação, denominado FATOR DE ISOLAMENTO (f), diretamente proporcional à população, considerando o acesso às facilidades circunvizinhas e a amplitude a ser atingida pelos equipamentos do Programa.

QUADRO 5

POPULAÇÃO	PESO f
até 1000	1.0
1001 a 2500	1.2
2501 a 5000	1.5
5001 a 7500	1.8
7501 a 13000	2.0

O Índice de Carência Bruta multiplicado pelo Fator de Isolamento fornecem o ÍNDICE DE CARÊNCIA GLOBAL, que ordenou os bairros por grau de prioridade sob os aspectos de infra-estrutura, serviços urbanos, situação jurídica e emprego. Foram então classificados em 2 grupos: os *carentes*, com até 49 pontos de carência, e os *muito carentes*, que reuniram 50 a 102 pontos.

Inseriram-se então os critérios de RENDA, utilizando dados da pesquisa sócio-econômica estadual SEPLAN-77, por setores censitários conjugados com as indicações dos mapas de Localização Escolar em Áreas de Baixa Renda*, indicando assentamentos com Renda Média Familiar de 0 a 2SM e de 2 a 5SM. Como se verá mais adiante, foram considerados os assentamentos do primeiro grupo (0 a 2SM) atendendo, portanto, à definição de população pobre como aquela que recebe até 3SM em sua maioria.

Os assentamentos foram classificados em 4 grupos, conforme a renda média familiar e o grau de carência.

QUADRO 6

		CARÊNCIA	
		20 a 49	50 a 102
RENDA	Até 2SM	II	I
	2 a 5 SM	IV	III

Foram enquadrados dessa maneira como sendo do grupo I (muito carentes e com renda média familiar abaixo de 2SM) 22 assentamentos, considerados, como de alta prioridade de intervenção, o que atingiria 47% da população carente e 21% da população total da Grande Vitória, representada por 117.050 pessoas a serem beneficiadas direta ou indiretamente.

*ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação/Fundação Jones dos Santos Neves. *Dimensionamento e Localização da Rede Escolar na Grande Vitória*. 1979/1980.

QUADRO 7

VITÓRIA: RESULTADOS POR GRUPO DE ASSENTAMENTOS

Nº	BAIRRO	RENDA M.F. (SM)	CARÊNCIA (A)	POPULAÇÃO	FATOR DE ISOLAMENTO (B)	GRAU DE CARÊNCIA (AxB)	GRUPO DE BAIRROS
1	Forte de São João	Até 2	46	10.000	2,0	92	I
2	Morro do Romão	Até 2	41	6.000	1,8	74	I
3	Santa Tereza	Até 2	31	10.000	2,0	62	I
4	Morro da Penha	Até 2	41	5.000	1,5	62	I
5	Morro do Cabral	Até 2	49	1.750	1,2	59	I
6	São Benedito	Até 2	30	7.200	1,8	54	I
7	Maria Ortiz	Até 2	36	4.500	1,5	54	I
8	Morro da Capoeira/Morro de Gurigica	Até 2	35	4.250	1,5	53	I
9	Morro de Santa Marta	Até 2	39	1.500	1,2	47	II
10	Morro Moscoso	Até 2	47	1.000	1,0	47	II
11	Tabuazeiro de Dentro	Até 2	42	950	1,0	42	II
12	Ilha do Príncipe	Até 2	23	5.000	1,5	35	II
13	Inhanguetã	Até 2	35	1.000	1,0	35	II
14	Morro São José	Até 2	33	300	1,0	33	II
15	Morro do Bonfim	Até 2	31	1.000	1,0	31	II
16	Morro do Martelo	Até 2	25	1.750	1,2	30	II
17	Pedra da Engenharia	Até 2	25	1.000	1,0	25	II

QUADRO 7

Continuação: Vitória

Nº	BAIRRO	REND. M.F. (SM)	CARÊNCIA (A)	POPULAÇÃO	FATOR DE ISOLAMENTO (B)	GRAU DE CARÊNCIA (AxB)	GRUPO DE BAIRROS
18	Morro de Bento Ferreira	Até 2	19	1.250	1,2	23	II
19	Santos Dumont	Até 2	19	2.500	1,2	23	II
20	Morro da Fonte Grande	2 a 5	41	4.000	1,5	62	III
21	Morro da Chapada	2 a 5	40	3.000	1,5	60	III
22	Morro da Consolação	2 a 5	33	3.500	1,5	50	III
23	Morro de Jucutuquara	2 a 5	31	2.800	1,5	47	IV
24	Morro da Piedade	2 a 5	39	500	1,0	39	IV
25	Morro do Cruzamento	2 a 5	30	2.100	1,2	36	IV

QUADRO 8

VILA VELHA: RESULTADOS POR GRUPO DE ASSENTAMENTOS

Nº	BAIRRO	REND M.F. (SM)	CARÊNCIA (A)	POPULAÇÃO	FATOR DE ISOLAMENTO (B)	GRAU DE CARÊNCIA (AxB)	GRUPO DE BAIRROS
1	Capuaba	Até 2	54	1.300	(2,0)	108	I
2	Ilha da Conceição	Até 2	41	6.000	(2,0)	82	I
3	Pedra dos Búzios	Até 2	41	1.200	(2,0)	82	I
4	Santa Rita (sem Alecrim)	Até 2	39	9.000	2,0	78	I
5	Marinho	Até 2	40	6.500	1,8	72	I
6	Vila Garrido (morro)	Até 2	34	6.000	(2,0)	68	I
7	Ilha das Goiabeiras	Até 2	33	1.000	(2,0)	66	I
8	Colônia de Pesca Itapoã	Até 2	53	400	1,0	53	I
9	Morro do Soteco (inclusive Beco de Tocantins)	Até 2	44	1.700	1,2	53	I
10	Nossa Senhora da Penha	Até 2	48	200	1,0	48	II
11	Sagrada Família	Até 2	47	1.000	1,0	47	II
12	Baixada Jaburuna	Até 2	38	2.000	1,2	46	II
13	Divino Espírito Santo	Até 2	34	2.500	1,2	41	II
14	Morro de Argolas	Até 2	33	1.800	1,2	40	II
15	Contestado I	Até 2	39	575	1,0	39	II
16	Favelas dos Vicentinos	Até 2	39	155	1,0	39	II
17	Contestado II	Até 2	37	300	1,0	37	II
18	São Vicente	Até 2	28	1.300	1,2	34	II

Continuação: Vila Velha

Nº	BAIRRO	REND. M.F. (SM)	CARÊNCIA (A)	POPULAÇÃO	FATOR DE ISOLAMENTO (B)	GRAU DE CARÊNCIA (AxB)	GRUPO DE BAIRROS
19	Ilha dos Ayres	Até 2	33	900	1,0	33	II
20	Contestado III	Até 2	32	560	1,0	32	II
21	Conj. Valdevino Vieira	Até 2	31	750	1,0	31	II
22	Morro Jaburuna	Até 2	25	2.000	1,2	30	II
23	Rua do Canal	Até 2	29	650	1,0	29	II
24	Rua do Lixo	Até 2	20	650	1,0	20	II
25	Rio Marinho	2 a 5	40	10.000	2,0	80	III
26	Alvorada	2 a 5	37	10.000	2,0	74	III
27	Jardim Marilândia	2 a 5	36	10.000	2,0	72	III
28	Alecrim	2 a 5	39	3.500	2,0	78	III
29	Vila Garrido/Baixada	2 a 5	34	4.000	2,0	68	III
30	Vale Encantado	2 a 5	25	13.000	2,0	50	III
31	Morro da Boa Vista	2 a 5	41	2.500	1,2	49	IV
32	Cobi de Baixo	2 a 5	30	3.000	1,5	45	IV
33	Morro da Bomba	2 a 5	37	2.500	1,2	44	IV
34	Cobi de Cima	2 a 5	21	450	1,0	21	IV

QUADRO 9

SERRA: RESULTADOS POR GRUPO DE ASSENTAMENTOS

Nº	BAIRRO	RENDA M.F. (SM)	CARÊNCIA (A)	POPULAÇÃO	FATOR DE ISOLAMENTO (B)	GRAU DE CARÊNCIA (AxB)	GRUPO DE BAIRROS
1	Sossego	Até 2	52	5.900	1,8	94	I
2	Boa Vista	Até 2	34	600	1,0	34	II
3	Taquara (1 e 2)	2 a 5	33	3.000	2,0	66	III
4	Concheiras	2 a 5	32	2.000	1,2	38	IV

QUADRO 10

CARIACICA: RESULTADOS POR GRUPO DE ASSENTAMENTOS

Nº	BAIRRO	RENDA M.F. (SM)	CARÊNCIA (A)	POPULAÇÃO	FATOR DE ISOLAMENTO (B)	GRAU DE CARÊNCIA (AxB)	GRUPO DE BAIRROS
1	Flexal	Até 2	51	10.000	2,0	102	I
2	Porto de Santana	Até 2	42	13.300	2,0	84	I
3	Bela Aurora (Buraco quente)	Até 2	43	4.800	1,5	65	I
4	Itanguá	Até 2	54	1.250	1,2	65	I
5	Expedito	Até 2	32	3.000	1,5	48	II
6	Mucuri	Até 2	47	300	1,0	47	II
7	Santo André	Até 2	43	650	1,0	43	II
8	Independência	Até 2	38	850	1,0	38	II
9	São João Batista	Até 2	28	1.150	1,2	34	II
10	Canto Feliz	Até 2	28	1.500	1,2	34	II
11	Rosa da Penha	2 a 5	39	2.850	1,5	59	III
12	Alto Lage	2 a 5	21	3.500	1,5	32	IV

QUADRO 12

RESULTADOS GLOBAIS DA AGLOMERAÇÃO

GRUPO DE BAIRROS		GRANDE VITÓRIA*	VITÓRIA**	VILA VELHA	CARIACICA	SERRA
I	População	117.050	48.700	33.100	29.350	5.900
	Nº de Bairros	22	8	9	4	1
II	População	40.650	17.250	15.350	7.450	600
	Nº de Bairros	33	11	15	6	1
III	População	66.850	10.500	50.500	2.850	3.000
	Nº de Bairros	11	3	6	1	1
IV	População	19.350	5.400	8.450	3.500	2.000
	Nº de Bairros	9	3	4	1	1
TOTAL	População	243.900	81.850	107.400	43.150	11.500
	Nº de Bairros	75	25	34	12	4

*Sem Viana.

**Foram excluídos de Vitória, 7 bairros, objeto de intervenção da PMV/BNH.

CADRO 12

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTOS	TIPO	HABI TAÇÃO	POPULAÇÃO	ÁREA (ha)	DENSIDADE BRUTA
VITÓRIA	1. Forte S. João	Morro	2.000	10.000	20,4	490hab/ha
	2. Morro do Romão	Morro	1.200	6.000	10,0	600hab/ha
	3. Santa Tereza	Morro	500	2.500	10,0	250hab/ha
	4. Morro da Penha	Morro	1.000	5.000	6,0	833hab/ha
	5. Morro do Cabral	Morro	700	3.500	8,5	412hab/ha
	6. São Benedito	Morro	1.440	7.200	26,8	269hab/ha
	7. Maria Ortiz	Mangue	900	4.500	51,2	88hab/ha
	8. Morro da Capoeira/Gurigica	Morro	850	4.250	33,6	126hab/ha
VILA ELHA	9. Capuaba	Mangue	260	1.300	10,1	129hab/ha
	10. I. da Conceição	Mangue	1.000	5.000	20,0	250hab/ha
	11. Pedra dos Búzios	Mangue	300	1.500	6,7	224hab/ha
	12. Santa Rita	Mangue	2.000	10.000	49,9	200hab/ha
	13. Marinho	Baixada	1.300	15.000	62,0	242hab/ha
	14. Vila Garrido	Morro	3.000	6.000	30,0	200hab/ha
	15. I. das Goiabeiras	Mangue	200	1.000	3,7	270hab/ha
	16. Col. Pesca Itapoã	Baixada	80	400	1,2	312hab/ha
CARIÁ JICA	17. Morro Soteco/Be co Tocantins	Morro	340	1.700	9,5	179hab/ha
	18. Flexal	Mangue	2.000	10.000	110	91hab/ha
	19. Porto Santana	Morro	4.000	20.000	101	198hab/ha
	20. Bela Aurora (Bu raco Quente)	Morro	960	4.800	9,6	500hab/ha
	21. Itanguã	Mangue	250	1.250	38,0	33hab/ha
SERRA	22. Sossego	Baixada	1.180	5.900	57,6	102hab/ha
TOTAL	50%	Morro			ÁREA TOTAL	DENSIDADE MÉDICA
	50%	Mangue	23.410	117.050	593,4ha	197,2hab/ha

RELAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS DE VITÓRIA, CARIACICA, VILA VELHA E SERRA

VITÓRIA

Nº	BAIRRO	GRUPO	Nº	BAIRRO	GRUPO
01	Forte de São João	I	14	M. São José	II
02	Morro do Romão	I	15	M. do Bonfim	II
03	Morro da Chapada	I	16	Morro do Martelo	II
04	Morro da Penha	I	17	Pedra da Engenharia	II
05	Santa Tereza	I	18	Morro de Bento Ferreira	II
06	São Benedito	I	19	Santos Dumont	II
07	Maria Ortiz	I	20	Morro da Fonte Grande	III
08	M. Capoeira/Gurigica	I	21	Morro do Cabral	III
09	Morro de Santa Marta	II	22	Morro da Consolação	III
10	Morro Moscoso	II	23	M. de Jucutuquara	IV
11	Tabuazeiro de Dentro	II	24	Morro da Piedade	IV
12	Ilha do Príncipe	II	25	Morro do Cruzamento	IV
13	Inhanguetã	II			

CARIACICA

01	Flexal	I	08	Independência	II
02	Porto de Santana	I	09	São João Batista	II
03	Bela Aurora (Buraco Quente)	I	10	Canto Feliz	II
04	Itanguã	I	11	Rosa da Penha	III
05	Expedito	II	12	Alto Lage	IV
06	Mucuri	II	13	Flexal Novo	I
07	Cemit. Campo Grande				

VILA VELHA

01	Capuaba	I	18	São Vicente	II
02	Ilha da Conceição	I	19	Ilha dos Ayres	II
03	Pedra dos Búzios	I	20	Contestado III	II
04	Santa Rita	I	21	Conj. Valdevino Vieira	II
05	Marinho	I	22	Morro Jaburuna	II
06	Vila Garrido (morro)	III	23	R. do Canal	II
07	I. das Goiabeiras	I	24	R. do Lixo	II
08	Col. de Pesca Itapoã	I	25	Rio Marinho	III
09	M. do Soteco	I	26	Alvorada	III
10	N. S. da Penha	II	27	Jardim Marilândia	III
11	Sagrada Família	II	28	Alecrim	III
12	Baixada Jaburuna	II	29	Vila Garrido Baixada	III
13	Divino Espírito Santo	II	30	Vale Encantado	III
14	Morro de Argolas	II	31	Morro da Boa Vista	IV
15	Contestado I	II	32	Cobi de Baixo	IV
16	Favela dos Vicentinos	II	33	Morro da Bomba	IV
17	Contestado III	II	34	Cobi de Cima	IV

SERRA

01	Sossego	I	03	Taquara 1 e 2	III
02	Boa Vista	II	04	Concheiras	IV

1.3.

A ESCOLHA DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO
SUBPROJETO VITÓRIA

Entre os assentamentos classificados como sendo de Grupo I, onze estão localizados em áreas de morro e dez em áreas de mangue. Entre os de morros, sete estão situados no Município de Vitória, o que é explicável por dois motivos:

- a) a PMV realizou convênio com o BNH para atuar com o programa PROFILURB em seis bairros de áreas baixas;
- b) os bairros de áreas baixas mais próximas ao Centro vêm, ao longo do tempo, sendo aterrados e recuperados, expulsando seus moradores através da valorização, enquanto nas áreas de morro os investimentos são elevados e a recuperação é menor.

Dentro do conceito de intervenção integrada e das diretrizes de desenvolvimento urbano, pretende-se que as intervenções não se limitem à área-alvo, mas que tenham um alcance maior, difundindo seus benefícios aos bairros e às populações circunvizinhas. Isso, além de possibilitar uma viabilidade maior dos equipamentos em termos econômicos, o faria em termos sociais, visto que tornaria possível uma maior *integração comunitária* entre os assentamentos e os entornos.

A intervenção deve também objetivar a uma *integração física*, procurando agrupar os bairros e possibilitar a interligação entre eles induzindo a relações periféricas de vizinhança que ampliem a clientela dos equipamentos locais de comércio e serviços. Isso possibilita a melhoria da qualidade do atendimento e favorece portanto a desconcentração, induzindo a relações de oferta e procura que hoje se realizam predominantemente no congestionado Centro Metropolitano.

A postura atende à estratégia de desenvolvimento urbano preconizada no PEE* de incrementar a formação de unidades urbanas periféricas com maior autonomia possível, apoiadas em centros secundários - Centros de Animação e Centros de Bairros.

A partir dessa diretriz, procurou-se atender preferencialmente a *aglomeração de bairros*, conjunto de assentamento carentes onde as intervenções tenham uma abrangência ampliada. Ainda dentro dessas intenções, considerou-se o critério de *convergência física*, de modo que esses bairros venham a se integrar organicamente viabilizando uma área de centralidade local a médio prazo.

1.3.1. ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DA SERRA

A Aglomeração iniciou-se da ocupação das áreas baixas em torno da Baía de Vitória. Seu crescimento ao Norte interrompe-se com as áreas alagadas de Goiabeiras e a área institucional do Aeroporto. Atinge em seguida um platô mais alto conhecido como planalto de Carapina, no Município da Serra, antiga área rarefeita de chácaras, hoje em fase de ocupação urbana acelerada e de alocação de atividades econômicas de porte, como a Cia Vale do Rio Doce, Centro Industrial da Grande Vitória - CIVIT, e Cia Siderúrgica de Tubarão.

Além disso, numerosos conjuntos residenciais estão construídos e planejados, totalizando cerca de 47 mil unidades habitacionais. Outro dado importante é o da existência de mais de 90 mil lotes não ocupados no município, que contava no último censo realizado em 1977 com apenas 33.062 habitantes.

*ESPÍRITO SANTO. Secretaria do Planejamento. Fundação Jones dos Santos Neves. *Grande Vitória: Uma Proposta de Ordenamento da Aglomeração Urbana (Plano de Estruturação do Espaço)*. Vit., 1976.

Depreende-se a dinâmica do processo econômico-espacial na Serra. Os as sentamentos subnormais se dão nas baixadas ou encostas dos profundos rin cões que cortam as elevações, caracterizados como áreas inadequadas e mar ginais ao processo de ocupação de Carapina.

Do fato da indefinição do processo de urbanização na área, dependente do de sempenho dos projetos de implantação, e ainda do tempo relativamente cur to da existência dos assentamentos subnormais, a FJSN optou pela não in tervenção nessas áreas com um programa que tenderia a consolidá-las.

1.3.2. ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CARIACICA

Cariacica encontra-se a Sudeste e Leste do canal da Baía de Vitória, de envolvendo-se alguns bairros junto à rodovia BR 101/262 que unem Vitória ao Rio de Janeiro e Belo Horizonte, e à Rodovia ES-80 que a unem à sede municipal e ao interior do Estado.

Porém, o surgimento de bairros se faz em geral, de maneira desordenada, desarticulados entre si e sem um plano para controlar as diretrizes de es truturação espacial.

Os assentamentos subnormais surgem da ocupação de áreas periféricas aos bairros, em locais desfavoráveis à urbanização, ou da invasão de áreas até recentemente rurais.

No primeiro caso distinguem-se os assentamentos de Bela Aurora e Itanguá, que são na realidade segmentos de bairros.

O primeiro situa-se na encosta do morro, atrás de onde está o bairro do mesmo nome. Apesar das características que permitem classificá-lo como subnormal, suas condições não são muito piores que aquelas do bairro Bela Aurora como um todo. Uma intervenção setorizada poderia causar profundo desequilíbrio nesse setor urbano, e por isso teria que ser feita em toda a área, incluindo bairros não classificados como prioritários.

Itanguã está situado próximo a Itacibã, centro de bairro bastante bem servidos por transportes, serviços urbanos e comércio dos quais se serve. Desenvolve-se linearmente entre a vala turfosa do rio Itanguã e as vias Itacibã a Itanguã, conhecidas como Estrada de Piranema, formada pelas ruas Clério Ribeiro, Francisco Experidião, São Jorge e Argeu Ribeiro. O assentamento situa-se por trás dos lotes lindeiros a essas vias, com o acesso feito muitas vezes por servidão, espalhando-se por sobre o mangue. É portanto um segmento de bairro, organicamente espalhado, onde não seria possível a intervenção de maneira integrada.

Flexal constitui-se de ampla área até recentemente de uso rural, que sofreu invasão em duas etapas: a primeira deu origem ao bairro Flexal e a segunda, mais recente, ao bairro Flexal Novo. A ocupação é muito dispersa e a densidade é muito baixa, restando ainda muitos terrenos que foram aposseados, mas que não foram ocupados. A área foi incluída no programa PROMORAR, cuja proposta foi apresentada a nível de Perfil.

Porto de Santana desenvolveu-se em terrenos pertencentes à Prefeitura Municipal de Vitória, que possuía seu matadouro em Cariacica. Constitui-se dos morros do Matadouro, do Meio e de Nossa Senhora Aparecida. Limita-se com terrenos da Cia Vale do Rio Doce e da EMCAPA - Empresa Capixaba de Pesquisas Agropecuárias.

Tem população e densidade elevadas, e é um bairro consolidado em termos comunitários. Possui área de centralidade junto à Rua Principal, para onde converge a circulação do bairro, e onde se concentram o comércio e os serviços do bairro. Sofre, porém de diversas carências, devido ao relati

vo abandono pelo poder público, entre outros motivos, pela particularidade de ser área de ingerência de duas municipalidades.

A atuação do Programa na área dentro da estratégia teria, portanto, grande alcance, beneficiando as medidas a ampla área e parcela da população.

1.3.3. ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA

Vila Velha, situada ao Sul do canal da Baía de Vitória, possui terras altas junto ao canal, nos morros rochosos e nas restingas junto ao oceano, além de alguns outros tímidos afloramentos montanhosos. Sua morfologia física predominante é de baixadas, cortadas por valas e canais que atravessam o município no sentido S-N constituindo amplas áreas alagáveis sob influência da maré. Os assentamentos subnormais, de maneira geral, situam-se nas áreas baixas ou nas encostas rochosas.

Uns constituem conjuntos amplos de bairros e outros são apenas segmentos. Nesse caso estão os assentamentos de Rio Marinho, Soteco e Colônia de Pescadores de Itapoã.

O *bairro Marinho* situa-se encravado entre outros de baixa renda, originários de loteamentos populares: Rio Marinho, Vale Encantado, Jardim Mari-lândia e Cobilândia. Esse conjunto, situa-se entre os rios Marinho e Aríbiri e, apesar de estar à distância média de 4km do canal, sofre influência da maré, sendo constante o transbordamento das numerosas valas ou o afloramento do lençol freático. Dentro das diretrizes de desenvolvimento urbano, a intervenção integrada deveria dar-se nos cinco bairros, entre os quais apenas Marinho foi considerado prioritário.

O segmento de *Soteco* se constitui em continuação do bairro do mesmo nome. A partir do loteamento que deu origem ao bairro, a ocupação continuou na forma clandestina, o que é feito ainda hoje. Situa-se sobre o morro, ca caracterizando-se formalmente como assentamento subnormal, porém na margem que se estende ao redor prolongando-se até o bairro Divino Espírito San to e Ilha dos Aires encontram-se moradores em condições carentes. São pró ximos a dois bairros originados de intervenções distintas: a Toca, de ces são gratuita de políticos locais, e o conjunto Boa Vista, onde foi inicia da a experiência do PROFILURB.

A *Colônia de Pesca Z-2*, situada na Praia de Itapoã, teve origem há 60 anos, quando o local era ainda distante e deserto, localizada na faixa no bre de areia alta ladeira à praia, que veio sendo ocupada sucessivamente da Praia da Costa para o Sul. A Colônia, de apenas 1,2ha em faixa de cerca de 50m, sofre ameaça de ser massacrada pela especulação imobiliá ria, havendo mesmo hoje conjunto de edifícios de 4 pavimentos a menos de 30m projetando-se por sobre as casas. Existe, portanto, disponibilidade de serviços urbanos nas proximidades. O problema fundiário é o item mais delicado, pois a alta valorização e a existência de infra-estrutura traz o risco de expulsão sumária de seus moradores. Todavia, o porte do pro blema e do assentamento não o habilitam ao enquadramento na estratégia pro pagada e tampouco possui a significância desejada pelo Programa.

A *Área de Santa Rita* se constitui de 7 bairros com uma população total de cerca de 40.000 habitantes e uma área aproximada de 178ha. O conjunto de bairros situa-se no prolongamento do saco de Aribiri, bacia de mangue sob influência direta da maré. É limitada fisicamente por maciços crista linos rochosos e pelas valas do sistema de drenagem do mangue. Configura-se num setor urbano homogêneo sob os aspectos econômicos e sociais, tendo como característica geral a baixa renda, a precária qualidade de vida, o exíguo provimento de infra-estrutura e situação fundiária irregular. O aglomerado de Santa Rita, como é denominado, situa-se não muito distante, em termos relativos da Área Central de Vitória, e sua acessibilidade é bas tante fácil, o que lhe traz um potencial de valor do solo, reprimido pelas más condições de saneamento.

Apesar da complexidade da problemática, a intervenção integrada nessa área deverá trazer benefícios imediatos e efeitos multiplicadores no desenvolvimento social do bairro a médio prazo.

1.3.4. ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA

A Ilha de Vitória tem sua ocupação a partir das áreas altas onde se situa a sua área central. Teve inicialmente um crescimento horizontal linear procurando os caminhos estiadados a NE, passando em seguida e expandir-se tomando áreas ao mar através de aterros e drenagens.

Excetuando-se o bairro Praia do Canto, que teve executado um plano diretor de drenagem do início do século, as soluções foram sendo dadas setorialmente, restando algumas áreas alagáveis ou de morros que foram sendo ocupadas pela população de baixa renda. Muitas dessas áreas se consolidaram e são hoje bairros problemáticos sob o aspecto urbanístico e administrativo municipal.

Apesar disso, continuam a surgir novos assentamentos, em áreas cada vez mais distante e mais avançadas no mangue, ou situados em cotas cada vez mais elevadas. Há anualmente no município 32 áreas carentes, sendo 7 em baixadas e mangue e 25 em morros e encostas, totalizando cerca de 100.000 moradores.

A Prefeitura Municipal de Vitória tem grande experiência na intervenção em áreas de baixa renda, principalmente na alocação de infra-estrutura. Realizou convênio com o BNH para a aplicação do programa PROFILURB nos bairros São Pedro, Andorinha, Joana D'Arc, Monte Belo, Santa Maria e Itararé, num total de 1.509.544m² atingindo a mais de 20 mil habitantes.

O assentamento de *Maria Ortiz* não foi incluído entre os beneficiados por ter sido enquadrado no Programa CPM/BIRD. Situa-se na parte continental do município, junto do canal de drenagem da bacia em que se situa o Aeroporto e toda área de mangue que antecede o planalto de Carapina.

Ao norte do município, na área de restinga de saída da cidade, junto ao Aeroporto, foram surgindo conjuntos residenciais populares de Goiabeiras I, II e III de um lado, e Jabour, Antonio Honório e Solon Borges do outro. Esses últimos tem origem na retificação de vala de drenagem do Aeroporto, e avançavam sobre o mangue até atingir o afogado. Sobre essa península turfosa, em direção à vala que dá origem ao canal da Passagem, a PMV passou a lançar os detritos sólidos urbanos, realizando aterros sanitários. A população carente aí se instalou para a coleta de resíduos aproveitáveis, resultando um assentamento cada vez maior conhecido por Lixão, posteriormente rebatizado Maria Ortiz.

Os demais assentamentos estão situados em morros ou encostas. Os assentamentos dos morros de *Forte São João* e *Romão* estão situados em prolongamentos do maciço Central, a menos de 1km em linha reta do centro de área metropolitana. Formaram-se, como no Morro do Moscoso, Fonte Grande e Piedade, a cavaleiro de área de maior atividade econômica, da qual são marginais. A população carente busca aí os serviços urbanos e aí encontra sustento no setor informal. A ocupação desses dois assentamentos tem se desenvolvido e já atinge a cota 170, sendo que o PDU de Vitória considera irrecomendável a ocupação acima da cota 50. Por dificuldades no provimento de infra-estrutura, a abrangência dos equipamentos limitar-se-ia a cada um dos bairros, que não têm condições de integração física.

Os assentamentos conhecidos como *Morro da Penha*, *São Benedito* e *Gurigica* estão situados nos morros de Gurigica de Dentro e de Fora, onde estão ainda os bairros do Bonfim e da Consolação, dos grupos II e III, respectivamente. Esse morro situa-se entre as áreas urbanas de Horto, Maruípe e Praia do Canto, bairros de maior atividade econômica, onde as populações carentes buscam emprego.

Apesar desses assentamentos estarem localizados sobre o mesmo afloramento rochoso, são separados entre si por obstáculos diversos. A forma convexa do morro leva a população a buscar os serviços nos bairros próximos junto à base, onde a oferta é mais abundante. As relações se dão, portanto, entre a área carente mal servida e o bairro servido que lhe é próximo, no sentido transversal à declividade, e não horizontalmente. Não se dá o fenômeno da *convergência física*, que permitiria integrar os bairros carentes com a alocação comum de equipamentos urbanos que os beneficiassem. Estes viriam a atender apenas aos assentamentos onde fossem implantados.

O crescimento a Oeste da Ilha de Vitória se fez por ocupações de baixa renda, determinadas por condições topográficas difíceis, dando origem ao bairro Santo Antonio. Parte dessa ocupação se fez a partir de Vila Rubim, subindo as encostas do maciço Central em crescimento sucessivo. A rua São João foi uma das vias que estruturaram essa conformação. Por trás dos lotes lindeiros a essa via configuraram-se ocupações marginais, tomando o morro da Chapada, à esquerda, e subindo as encostas do morro do Cabral, que é um segmento do maciço. Esses assentamentos, carentes de serviços urbanos elementares, têm confluência na rua São João, situada no rincão entre os morros. A alocação de equipamentos nessa área atenderia aos assentamentos de *Santa Tereza, Chapada e Cabral* (grupo III), totalizando cerca de 8.000 moradores carentes e ainda a população menos carente das proximidades, já que o provimento de serviços na área é limitado. Incentivaria a integração comunitária entre os assentamentos, atendendo às diretrizes de desenvolvimento social, reforçando a integração física, recomendadas nas diretrizes de desenvolvimento urbano. (ver mapas no final deste volume).

2.

AS ÁREAS DE INTERVENÇÃO

2.1.

DADOS GERAIS

Com a utilização dos diversos critérios de seleção descritos nos itens 1.2 e 1.3, escolheram-se quatro áreas de assentamentos subnormais para intervenção integrada do Projeto CPM/BIRD no subprojeto Vitória, sendo uma no município de Vila Velha, Aglomerado de Santa Rita; outra, no município de Cariacica, bairro Porto de Santana; e duas outras no município de Vitória, sendo uma no mangue - bairro Maria Ortiz e outra no morro - aglomerado de Santa Tereza.

São, portanto, duas áreas situadas nas baixadas e duas nas encostas, sendo duas delas relativamente próximas à Área Central da Aglomeração e as outras duas bastante afastadas.

A população-alvo total é de aproximadamente 74.300 moradores carentes, assentados em 335,3ha.

QUADRO 13

ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO SUBPROJETO VITÓRIA - CPM/BIRD*

MUNICÍPIO	BAIRRO	TIPO LOGIA	HABI TAÇÕES	POPUL.	ÁREA (ha)	DENSIDADE
VILA VELHA Aglomerado Santa Rita	Sta. Rita ✓	mangue	2.000	10.000	49,9	200,4
	Alecrim ✓	mangue	1.200	6.000	26,0	230,7
	P. dos Búzios ✓	mangue	300	1.500	6,7	223,8
	Capuaba ✓	mangue	260	1.300	10,1	128,7
	V. Garrido ✓	morro	3.000	15.000	62,0	241,9
	I. Conceição ✓	mangue	1.000	5.000	20,0	250,0
	I. Goiabeiras ✓	mangue	200	1.000	3,7	270,2
	TOTAIS		7.960	39.800	178,4	223,1
VITÓRIA Aglomerado Santa Tereza Maria Ortiz	Chapada	morro	400	2.000	4,2	476,1
	Cabral	morro	700	3.500	8,5	411,7
	Sta. Tereza	morro	500	2.500	10,0	250,0
	Maria Ortiz	mangue	1.300	6.500	23,2	195,7
	TOTAIS		2.900	14.500	45,9	315,9
CARIACICA	Porto Santana	morro	4.000	20.000	101,0	198,0
TOTAIS			14.860	74.300	335,3	221,6

*Estimativas reavaliadas.

2.2.

AGLOMERADO DE SANTA TEREZA

O crescimento Oeste da Ilha de Vitória se fez com dificuldades, enfrentando condições topográficas adversas, pois o prolongamento do Maciço Central da Ilha se faz por rochas vivas que dão origem à Ilha do Príncipe e aos morros graníticos pré-cambrianos do Cabral, São João, Chapada e do Quadro, entre outros.

A rua São João subiu as encostas do maciço, procurando menores declividades sucessiva e desordenadamente, viabilizando a ocupação desses morros. Era um dos acessos à Fazenda Santo Antonio, que sucessivamente teve sua conformação alterada, com as mudanças de proprietários ao longo do tempo.

Os lotes lindeiros a essa via são ocupados por casas antigas de boa qualidade, até onde a declividade começa a se acentuar. As vias de acesso são então substituídas por trilhos e escadarias, as construções são em madeira, a infra-estrutura escasseia.

No lado oposto, sobre a rocha pura que constitui o Morro da Chapada, a ocupação se repete, mais densa. A circulação se faz por escadarias e ruas por onde correm também os serviços de infra-estrutura.

Não existe solo desenvolvido, e a rocha apresenta em seu limite externo uma mudança brusca de declividade, formando precipícios e grotões inabitáveis. No lado oposto, o declive é mais suave até o talvegue onde se situa a Rua São João.

Santa Tereza e Cabral estão sobre solos litólicos, que são pouco desenvolvidos, de pequena profundidade, intercalados com afloramentos rochosos

e matações. A expansão desses bairros está penetrando cada vez mais na mata que reveste o Maciço Central, já tendo alcançado atualmente a cota de 170m. Essa *subida* da expansão está destruindo gradativamente a cobertura vegetal, criando espaços escarpados, sujeitos à infiltrações com posteriores deslizamentos de terra e rolamento de pedras.

Quase todas as construções do aglomerado estão assentados diretamente sobre a rocha, ou sobre o solo já desenvolvido com pequenos cortes de taludes.

A densidade de ocupação diminui à medida em que a cota aumenta e no Morro da Chapada a expansão só é possível com desmembramento de lotes, havendo casos com menos de 20% de área não construída.

O sistema de abastecimento de água tem aspecto improvisado, atende parcialmente à área, com uma distribuição heterogênea, havendo locais que utilizam poços como alternativa de suprimento ou, como é mais comum, percorrem grandes distâncias transportando água em latas. A pressão é insuficiente para atingir os barracos mais altos.

As redes de água e esgoto são instaladas superficialmente por entre casas, ruelas e escadarias com diâmetros e traçados bastante variados, sendo deficitários os serviços de manutenção e conservação. É comum encontrarem-se vazamentos nos esgotos e canos de água escorrendo por entre as casas, situação que se agrava ainda mais no período de chuvas.

O lixo produzido quase sempre fica na área e sob a responsabilidade da população, que a cumula em certos locais ou faz a queima. O recolhimento da Prefeitura é feito somente em alguns trechos, duas ou três vezes por semana no máximo. A maior parte do bairro não dá acesso nem mesmo aos carrinhos de mão de recolhimento.

A rede de energia elétrica atende praticamente a todo o bairro mas a iluminação pública é deficitária. Por outro lado, não existem aparelhos de

telefones públicos na área.

O acesso às moradias só é possível à pé, usando escadarias, rampas ou caminhos indiscriminados por entre casas, alguns dos quais escorregadios, gerando insegurança aos moradores.

Existe uma creche da LBA no morro Santa Tereza, de reduzidas dimensões insuficiente para o atendimento da área, sendo obrigada à utilização de critérios seletivos. A LBA também faz distribuição de leite, aproveitando como local a Sede do Ideal F. C.

O atendimento escolar é satisfatório, com uma oferta de quase 200 vagas fornecidas por 2 escolas, porém, a pré-escola é bastante carente na área.

Nenhum dos três assentamentos possui Centro Comunitário, porém são realizadas reuniões esporádicas sob iniciativa da SEBS. Existe além dos bares com jogos de mesa, a Sede do Ideal F. C., que é utilizada para promoção de bailes para um número reduzido da população local. Dentro do setor, quer dizer, pegando bairros adjacentes como Santo Antônio e Alagoano existem dois Campos de Futebol de propriedade particular, sendo o de Santo Antônio pertencente à Igreja, e que não são utilizados pela população devido a sua comercialização de utilização reincidida pelas altas taxas de aluguel. A vida comunitária é tradicionalmente bastante ativa, havendo grupos de bares, times de futebol, grupos de excursão, blocos carnavalescos e escola de samba. Além disso, as relações de vizinhança também são intensas, o que se faz notar um alto grau de interesse pela ajuda mútua.

Os três bairros não possuem equipamentos de atendimento público de saúde, servindo-se a população do Centro de Saúde de Santo Antônio e INAMPS no centro da cidade.

2.3.

BAIRRO MARIA ORTIZ

O bairro situa-se no final da área estiada da parte continental do Município de Vitória, no extremo da restinga que se inicia no aeroporto e vai terminar no canal da Passagem, depois dos conjuntos Jabour, Antônio Honório e Solon Borges.

Teve origem no lançamento de lixo junto ao final da vala que drena a restinga, avançando sucessivamente sobre o mangue. O bairro era conhecido como *lixão de Goiabeiras*, pois a população era composta de moradores carentes à cata de resíduos aproveitáveis.

Esse lixo, assentado sobre a planície fluvio-marinha que possuía vegetação de mangue e solo orgânico altamente expansivo, está em contacto permanente com o lençol freático, contaminando o estuário da baía de Vitória. Tem recobrimento de argila com espessura variável entre 2m e zero.

A parte mais recente do bairro está situada diretamente sobre o lixo e a maré, e o bairro como um todo tem seu solo sujeito a recalques bastante acentuados, sendo frequente a colocação de novas camadas de terra e a elevação dos barracos.

A área está sobre terrenos da Marinha pertencentes ao Patrimônio da União, porém a demarcação dos lotes vinha sendo feita pelos fiscais da PMV, que continua a administrar o bairro. A delimitação da área de intervenção tem 23,2ha, congregando cerca de 1.300 barracos.

O bairro vai aos poucos se consolidando, através da ação da PMV ou de políticos locais. Assim, praticamente todas as ruas possuem rede de energ

gia elétrica, e algumas principais dispõem de iluminação pública, cujo funcionamento não é satisfatório.

Situado no final da rede que vai de Santa Lúcia, o bairro carece do abastecimento de água irregular e de pressão praticamente nula, o que torna a rede existente praticamente inútil. Os reservatórios são colocados no nível do solo mas não são recalçados, e permanecem muitas vezes abertos para a captação manual.

Algumas ruas do bairro possuem manilhas, onde são lançados os esgotos, as quais permanecem semi-submersas, mesmo quando a maré é baixa, levando com dificuldades os resíduos até o canal ou o valão que divide o bairro. Essas manilhas sofrem frequentes quebras, devido ao recalque do solo. Outras casas jogam seu esgoto diretamente sobre o terreno ou mesmo em valas a céu aberto. Existem alguns casos de utilização de fossas, aproveitando a peculiaridade do bairro estar sobre o lixo.

A drenagem pluvial inexistente, ocorrendo alagamento e empossamento em todas as ruas quando chove, e o lençol freático extremamente superficial não permite sua absorção.

As duas escolas que atendem à população do bairro tem sua capacidade esgotada, havendo cerca de 20% em idade escolar não estudando. Constatou-se, ainda, que 54% da população não completou o 1º grau e 15% não é alfabetizada. O prédio escolar que teve sua construção iniciada pela PMV encontra-se inacabado, sendo urgente a sua conclusão.

O bairro não possui centro comunitário. Os grupos de jovens utilizam o centro comunitário de Goiabeiras para suas reuniões, ou se reúnem em casas no próprio bairro. Para atendimento médico, utilizam-se do posto de saúde do conjunto Solon Borges, que tem funcionamento intermitente. Também há locais para a prática de esportes, exceto bares com jogos de me

sa. Os times de futebol se utilizam do campo existente no aeroporto, com partilhado com pelo menos outros seis bairros.

A vida comunitária se faz sentir na medida em que a população é chamada a participar das lutas reivindicatórias. Embora esta participação surja em momentos de grande necessidade, pelo fato de não existir nenhuma organização mais sólida em períodos recentes, o interesse que a população tem em se reunir é muito grande

2.4.

AGLOMERADO SANTA RITA

2.4.1. INTRODUÇÃO

O Aglomerado de Santa Rita se constitui dos bairros de Alecrim, Santa Rita, Pedra dos Búzios, Capuaba, Vila Garrido, Ilha da Conceição e Ilha das Goiabeiras, com uma população de cerca de 40 mil habitantes e uma área aproximada de 178ha. Situa-se no município de Vila Velha e é limitado pelo maciço cristalino rochoso do Morro do Pão Doce, a NO, Morro do Ataíde, a SE, e Morro do Alecrim, a SO. É limitado ao Norte e cortado transversalmente pelo sistema de mangue que, saindo do Canal de Vitória pelo Saco de Aribiri, penetra o município no sentido N-S constituindo as bacias do Aribiri e Cobilândia, ampla área baixa alagável sob influência da maré.

Forma um *bolsão* natural composto por áreas planas e pequenas elevações cercadas por encostas suaves ou íngremes, estando assentados basicamente sobre duas formações geológicas distintas: os morros graníticos, de origem antiga do período pré-cambriano, e sobre manguezais e terrenos alagáveis, de origem recente, do período quaternário.

Sobre os morros graníticos encontram-se o latossolo vermelho-amarelo, textura areno-argiloso, associado com o litossolo, caracterizado por ter pequena profundidade de solo desenvolvido e associado ainda com afloramentos rochosos.

As encostas dos morros são bastante escarpadas, com cortes acentuados, de clividade variável de pequena a grande, e possuem relêvo montanhoso com

vergente para o canal do rio Aribiri. O bairro de Vila Garrido, distri
bui-se ao longo de dois vales, ocupando todo o morro do Garrido e a en
costa Norte do maciço do Pão de Açúcar.

A retirada da cobertura vegetal, os cortes indevidos nos taludes e os as
sentamentos de barracos em áreas geomorfologicamente críticas facilitou a
erosão local, assim como criou áreas de infiltrações concentradas que ofe
recem grandes riscos de desligamento e despreendimento de barreiras e ma
tações sobre os barracos aí locados.

Toda a área plana encontra-se dentro da zona de influência da maré, com
frequentes alagamentos nas horas de maré cheia e/ou chuvas. Os barracos
estão sobre aterros de argila pura, de lixo coberto com argila ou simples
mente lixo, sendo que a ocupação mais recente está diretamente sobre man
gues em forma de palafitas.

A planície fluvio-marinha, sobre a qual está assentada grande parte da
população, é formada, por terrenos de mangues, parcialmente aterradas,
cortados por valões, canais e braços de maré, apresentando um solo orgâ
nico, altamente expansivo, ligados às baixadas de encostas de morros for
madas por solos sedimentares embrejados que desenvolvem-se numa faixa es
treita entre os morros e o mangue.

As pequenas elevações da região, embora ligadas às encostas dos bairros,
sobressaem-se na paisagem como se fossem ilhotas de relevo suave, cujas
vertentes que acabam na maré são quase sempre de rocha pura.

O quadro resulta em uma área de terreno sedimentar pouco coeso em relevo
plano limitado por terrenos de topografia acidentada com rocha à vista ou
cobertos por frágil camada de argila.

Como consequência dessa conformação, toda a área, assim como a maior parte do município, é constituída de terrenos desfavoráveis à urbanização. Isso fez com que o preço da terra aí fosse relativamente baixo, tornando-se preferencial para populações de baixa renda, sacrificando a qualidade de vida urbana para dispor de local onde morar. *Entretanto, com excessão da Vila Garrido, em todos os bairros as condições jurídicas da propriedade são irregulares, pois a maior parte do Aglomerado encontra-se em áreas da União, em terrenos da Marinha aforados e/ou invadidos.*

O Aglomerado é cortado em seu limite Norte pela Estrada de Jerônimo Monteiro, antiga ligação dos centros de Vitória e Vila Velha, o que era feito através da integração a partir de Paul das barcas de travessia do Canal da Baía de Vitória com os bondes que percorriam por essa via servindo aos bairros periféricos até o terminal da Prainha próximo ao centro de Vila Velha, sistema que voltou a ser ativado recentemente com a utilização de ônibus.

Ao Sul é cortado pela estrada antiga de Vila Velha, que era a ligação dos bairros de São Torquato e Cobi com Ataíde e Aribiri, ainda hoje de tráfego difícil por atravessar longos trechos alagados e não ser pavimentada em sua maior parte.

Os bairros formaram-se de maneira ciliar junto a essas duas vias, a partir de loteamentos ou de ocupações aleatórias, procurando os terrenos esmiçados, o que resultou na sucessão de vias de traçado regular e irregular, dentro de uma lógica relativa.

A área é tangenciada ao Sul pela Rodovia Carlos Lindemberg, mais recente, de onde os acessos aos bairros ainda se faz com dificuldade, pois a malha urbana ainda não se adequou a esse novo vetor estruturante.

O aglomerado possui péssimas condições higiênicas e sanitárias, sendo que nos bairros onde há problemas de escoamento e insolação é maior a incidência de doenças causadas pela deficiência dos serviços de saneamento básico.

A rede de abastecimento de água possui um padrão de atendimento variado, com fornecimento regular em alguns pontos, irregular em outros, havendo ainda como opção para abastecimento das áreas não servidas, poços e nascentes e também águas de torneira pública ou casa de vizinho.

As redes de esgotos que servem a certas áreas de alguns bairros não chegam a ter representatividade global, pois desaguard normalmente em valas ou canais a céu aberto que atravessam o aglomerado com baixa velocidade de escoamento nas áreas planas. Poucas famílias fazem uso de fossas, sendo comum o lançamento livre diretamente sobre o solo.

As águas das chuvas correm desordenadamente em todo o aglomerado, com formação de sulcos e desbarrancamento nas áreas de encostas, e alagamentos nas partes planas.

Não há recolhimento de lixo, cujo destino final é o próprio aglomerado, havendo queima em alguns casos, sendo a maioria atirada no mato ou usado para aterro de mangue.

A rede elétrica e iluminação pública atingem quase todo o aglomerado, sendo deficiente ou inexistente em algumas áreas. Telefone público existe apenas 1 para atendimento de toda a população.

As vias de circulação apresentam-se na maioria como vias de pedestres formadas por ruelas, caminhos e pinguelas, todas em péssimo estado de conservação e trânsito, com riscos para os transeuntes, chegando a impedir o

acesso direto a certos locais, como ocorre com a escola de 1º Grau Saturnino Rangel Mauro que tem sua capacidade ociosa devido também à falta de acessos adequados.

Os serviços comunitários prestados ao Aglomerado de Santa Rita, são desenvolvidos através dos Centros Comunitários existentes nos Bairros de Santa Rita, Alecrim, Garrido e Ilha da Conceição, ligados ou administrados pela SEBS. Nos demais bairros, que são: Capuaba, Pedra dos Búzios e Ilha das Goiabeiras, inexistente equipamento sócio-comunitário. A participação da população junto a estes Centros Comunitários é muito reduzida. Os órgãos que atuam nesta comunidade promovem por intermédio de convênios com os Centros Comunitários atividades como: distribuição de leite (LBA), atendimento médico (PMW), cursos profissionalizantes (LBA-SEBS), pré-primário, supletivo, MOBREAL, todos com bastante irregularidade.

As organizações naturais como times de futebol, existem com abundância por se caracterizarem na única forma de lazer que teoricamente ainda não foi negada à população.

A vida comunitária é caracterizada por uma intensa atividade no sentido de que sejam satisfeitas as reivindicações populares. Os grupos que as promovem, normalmente aparecem por fora das organizações formais por não serem considerados legítimos instrumentos de luta da população.

2.4.2. VILA GARRIDO

O bairro Vila Garrido, se constitui das encostas rochosas do Morro do Pão Doce, do morro do Garrido e da vertente que os separa. Origina-se de dois loteamentos, feitos há cerca de 25 anos, e os lotes alternam condições de propriedades regulares e irregulares, pois alguns foram invadidos após longo período de abandono. Seu traçado é geométrico e nas áreas planas predominam as casas de alvenaria, condição que se inverte para barracos de madeira na parte baixa que se aproxima da base do morro junto ao mangue e nas partes mais altas sobre a rocha. Possui cerca de 3.000 habitações distribuídas por 62 ha, e a densidade de 242 hab/ha é relativamente alta.

Tem razoável densidade populacional (242 hab/ha) que decresce descendo as costas do Morro do Garrido até o estuário do rio Aribiri, onde se encontra com o bairro Santa Rita de Cássia. Seus terrenos são secos, de declividade acentuada.

A maioria das habitações apresentam-se com área reduzida. No alto e no baixo do Garrido ficam os barracos piores (30%), com área até 20m², e em precário estado de conservação. Predominam as casas de madeira em todo o bairro.

O bairro é razoavelmente servido na cumieira do morro do Garrido, mas nas encostas e no rincão a qualidade dos serviços básicos piora. O abastecimento de água tem padrão heterogêneo de atendimento, havendo ainda algumas habitações com poços de captação. O mesmo quadro heterogêneo se repete em relação às ligações domiciliares de energia elétrica e iluminação pública.

Os esgotos correm em valas abertas que vão ter ao mangue em Santa Rita, e apresentam alto índice de poluição, mas a alta declividade garante a

velocidade de escoamento. Há ainda uma minoria de casas ligadas a fossas de percolação. Não há recolhimento permanente e geral de lixo, que é queimado e atirado ao mato ou nos grotões.

As vias de circulação de veículos e de pedestres se apresentam, em geral, em mau estado sofrendo fortes erosões e fraca conservação.

Existe atendimento médico duas vezes por semana no centro comunitário, permenecendo nos demais dias uma enfermeira para orientação e primeiros socorros. A alternativa mais próxima é o posto de saúde de Paul ou o SAMU Serviço de Assistência Médica e Urgência (INAMPS), em Vitória.

Existe posto policial no bairro, mas o efetivo humano é insuficiente para atender às solicitações (1 soldado). Contudo, são poucas as ocorrências policiais. Há um certo nível de desemprego denotado pela referência aos desocupados que vagam pelos bares.

A rede escolar de 1º grau atende com sua capacidade à demanda do bairro, através do Grupo Escolar Adolfinia Zamprognio, havendo ainda funcionamento do MOBREAL e do Programa de Educação Integrada. Sob o aspecto de recreação ativa, o bairro conta apenas com um campo de futebol.

As atividades econômicas são incipientes, contando apenas com um despôsito de balas e uma fábrica de bebidas, além do comércio e serviços de caráter local. O bairro não conta com área de concentração dessas atividades.

2.4.3 ALECRIM/SANTA RITA

O bairro Alecrim teve origem na invasão de terrenos da União iniciada há 30 anos, na área do encontro da Estrada Velha com a continuação da Rua da Lage, que atravessa a Vila Garrido e vai ter a Paul pela Estrada Jerônimo Monteiro. Essa área é delimitada pelo Valão, braço de mangue que dá vazão à bacia de Cobilândia, e pelas colinas que dão continuidade ao maciço do Morro do Pão Doce, numa das quais está localizado o Hospital Santa Rita de Cássia e noutra o Conjunto Planalto. O bairro prolonga-se pela via situada entre essa colina e a vala, com ocupação rarefeita. Tem cerca de 6.000 habitantes e 26ha ocupados, o que dá uma densidade líquida de 231 hab/ha. O bairro possui raras edificações em alvenaria ao longo da via principal, onde há uma atividade comercial razoável, e sua consolidação é lenta, pois o solo é frágil e tem baixa capacidade de suporte de carga.

O bairro Santa Rita é constituído de duas partes: a *continental* e a *insular*. A primeira parte, situada entre o canal do DNOS e as colinas rochosas do Larica, começou a ser ocupada em 1962, através de invasões feitas com autorização da PMVV. Foi área alagável até recentemente, quando foi construído um dique paralelo ao canal e prolongando-se até um morro próximo, o qual preserva a área do alagamento através de uma comporta que se fecha com a maré cheia, configurando-se um primitivo *polder*. A drenagem é feita através de uma rede de valas, que apresentam frequentes problemas de obstrução.

A ilha de Santa Rita é um afloramento arenoso de 14,7ha situado entre o valão de Aribiri e o canal do DNOS, cuja cota média de piso está a cerca de 70cm abaixo do nível da maré alta. Isto faz com que a ilha tenha existência intermitente, e os barracos e as pinguelas - como são chamadas as passarelas de circulação - estão assentados sobre estacas, configurando-se

uma ocupação em palafitas, com todas as dificuldades e restrições inerentes. Todavia, tal ocupação se faz de maneira ordenada, obedecendo ao traçado de uma primitiva planta de urbanização traçada por um topógrafo local. O bairro todo tem perto de 2.000 habitações e ocupa 50ha, com uma densidade de 200 hab/ha. Os terrenos são invadidos e as transações são feitas através de recibo; a maioria das casas são próprias, sendo 96% construídas em madeira, das quais mais de um terço são palafitas.

Alguns terrenos são em aterros sobre o mangue. Os terrenos são secos (10%), alagáveis (30%) e o restante alagados (área das palafitas). O assentamento é denso na rua principal e suas ruas vizinhas, e rarefeito nas palafitas.

A maior parte das casas é feita em madeira e as demais, em alvenaria, são alinhadas com a via pública. 60% das moradias, são alinhadas com a via pública, permanecendo o restante em desordem. A maioria são casas de pequenas dimensões.

O fornecimento de água atinge quase todo o bairro, mas é irregular. A população não atendida se serve da torneira pública no Alecrim e um poço d'água na Estrada de Capuaba, porém a rede vai aos poucos sendo estendida, atingindo até mesmo a ilha, através de ligações não oficiais.

A ligação elétrica atende toda a área, exceto as palafitas, e a iluminação atinge apenas 2 ruas principais.

Sob o aspecto higiênico e sanitário os bairros classificam-se como péssimo, sendo os esgotos e lixos lançados nas valas que têm fluxo descontínuo, periodicamente entupidos ou estrangulados pela subida da maré. O trecho insular do bairro corre sobre passarelas e assenta-se sobre palafitas, fi

cando totalmente inundado duas vezes ao dia. A maré penetra também pela área alagável, por entre as casas, misturando lixos, dejetos e detritos. Há presença de animais domésticos como cachorros e porcos, e de ratos do mangue, à noite.

Existem doenças frequentes como verminose, pneumonia infantil, cortes e distensões, doenças da pele, doenças nervosas, desidratação e desnutrição. Encontram-se ainda numerosos casos de tuberculose ou problemas colunares devido ao permanente transporte de latas d'água na cabeça. Há um posto de saúde funcionando precariamente no Centro Comunitário, atendendo com um médico uma vez por semana. O hospital Evangélico, situado nas proximidades, não atende aos seus moradores, pois seu pronto-socorro é particular.

O assentamento é servido por duas escolas, uma que oferece ensino de 1ª a 4ª séries. Funciona também, ensino do MOBREAL, com duas turmas em torno de 70 alunos, outra, com ensino de 1º e 2º Graus, funcionando nos dois turnos. O 2º Grau começou a funcionar no início deste ano (1979) só com a 1ª série.

Quanto à segurança, o assentamento conta com delegacia de polícia e policiamento extensivo. Mas os moradores sentem-se desprotegidos, uma vez que, a delegacia de polícia não consegue atender à comunidade.

Predomina o pequeno comércio de bar, mercearia e quitandas, assim como vendas diversas. Há estabelecimentos de produção: serralheria e marcenaria; e locais de serviços como: oficina mecânica, oficina de rádio/televisão, oficina de geladeiras, salão de beleza e estofador.

A maioria do comércio vende por meio da caderneta de notas, pois muitos dos trabalhadores recebem por semana. O número de moradores que trabalham como vendedores ambulantes e biscateiros é elevado, assim como é grande o número de pessoas com subempregos, sendo notável mais desemprego entre o sexo feminino.

O setor secundário provê a maior parte dos empregos (empresas de construção civil, Cia. Ferro e Aço e Porto de Tubarão).

De maneira geral, os moradores gostam do lugar, pois contam com um local para morar sem ônus para o seu pequeno ordenado. Esperando sempre por dias melhores quando encontrem, em seu local de moradia, uma melhor qualidade de vida.

Há um Centro Comunitário conhecido da população, que se mantém com verbas da SEBS, LBA e contribuições dos moradores. Oferece cursos profissionalizantes em convênio com a LBA e reuniões com os moradores para discussão dos problemas da comunidade.

Além do Centro Comunitário, existem outras organizações que são a Comunidade Eclesial de Base da Igreja Católica, o Esporte Clube Confiança e o Diretório Paroquial do MDB. Há 5 templos de Assembléia de Deus, duas igrejas Batistas, uma Presbiteriana, uma Congregacional, uma Evangelista e apenas uma da religião Católica.

2.4.4. ILHA DA CONCEIÇÃO

Afloramento argiloso sobre o mangue situado junto à Estrada Jerônimo Monteiro, originou-se do loteamento Nossa Senhora da Conceição, de 1953, comercializado por contrato de compra e venda sob condições de serem construídas apenas casas em alvenaria. A ocupação da ilha se fez à sombra de sucessivas questões jurídicas, abandonos e invasões, o que resultou em situação fundiária complexa. Mais recentemente a ocupação atingiu as abas da ilha e avançou sobre o mangue, em direção a Capuaba e Santa Rita,

passando mesmo sobre a vala natural de drenagem, em aterros ou palafitas. A densidade é bastante alta (250 hab/ha), morando a maioria dos 5.000 habitantes em casas de área de até 20m² em pouco mais de 20 ha.

A rede d'água tem fornecimento regular, e as ligações domiciliares são clandestinas nas casas assentadas sobre o mangue. O esgotamento é feito lançando diretamente nas valas ou no mangue, e o lixo é também lançado aleatoriamente.

As vias carroçáveis internas são péssimas, intransitáveis com chuva, isolando a escola, o centro comunitário e a igreja. Atingem 80% do bairro, os demais locais são servidos por caminhos para pedestres e pinguelas.

A situação higiênica é má, sendo frequentes as doenças como verminose, meningite, febres, problemas dentários, fome. Não há posto de saúde próximo, valendo-se os moradores do atendimento médico encontrado em Paul, na Glória, no SAMU e na Maternidade de Vila Velha.

A rede elétrica e iluminação pública estão presentes em 90% do bairro, e o restante são clandestinos ou não possuem.

Não há área de concentração de atividades econômicas, e a maioria dos moradores trabalha na construção civil, seguidos pelos desempregados e biscateiros.

Há movimento comunitário atuante, mantendo-se em subvenção da Secretaria de Cultura e Bem Estar e com contribuições da comunidade. Os padres Vicentinos na igreja local também procuram reunir os moradores para discussões dos problemas comuns. Distribuição de remédios, auxílios-funeral, cursos, assistência aos inválidos (cadeiras de rodas, óculos) estão entre as principais iniciativas da comunidade.

Uma igreja católica e outra protestante estão implantadas na ilha, predominando os católicos.

2.4.5. CAPUABA

Seguimento de bairro situado entre a Ilha da Conceição e os bairros de Santa Rita de Cássia, é cortado pela Rodovia de Capuaba, que dá acesso ao terminal portuário de mesmo nome. A baixada junto ao Atafé foi invadida há 10 anos, e do outro lado da rodovia a invasão se fez na área aterrada para acampamento de obras de uma empreiteira da Portobrás há cerca de 5 anos. A ocupação tem traçado irregular, e avança sobre o mangue em direção aos bairros vizinhos. Apesar de ser área invadida da União, 50% das casas são alugadas, e as restantes são ocupadas pelos posseiros, situação que se assemelha a dos outros bairros. Apesar da dificuldade em delimitá-lo, o segmento tem cerca de 10ha, com uma população de 1.500 habitantes e densidade de 128 hab/ha.

O bairro situa-se sobre palafitas ou sobre aterro não compactado, muitas vezes aterrados com descargas de caminhões de lixo. Uma pequena área se localiza em terrenos mais altos e firmes.

A rede d'água atinge apenas 30% das habitações com ligações domiciliares, havendo fornecimento regular. Há poços no sopé do morro, porém o proprietário impede o seu uso, lançando óleo queimado em seu interior. Todos os esgotos são lançados diretamente no mangue. Poucos tem banheiros em casa.

60% das casas são servidas por instalação elétrica, sendo 30% clandestinas. Em geral, os barracos sobre o mangue são desprovidos de eletricidade.

Não há recolhimento de lixo, que é atirado ao mangue ou queimado. Dentro do assentamento não existem ruas, somente pinguelas ou caminhos estreitos. A única via carroçável é a estrada de Capuaba.

As condições higiênicas são péssimas, causando febres, doenças de pele, verminose e doenças nervosas. Não há posto de saúde nas proximidades, sendo a alternativa mais próxima de atendimento médico, o posto da Glória ou o Pronto Socorro de Vila Velha.

Não há alternativas de recreação.

Não existem escolas no assentamento. As crianças frequentam as escolas do bairro vizinho, Santa Rita, da Ilha da Conceição ou do Centro Social de Ataíde.

Não existem linhas de ônibus passando próximo ao local. A população precisa se deslocar a boa distância para utilizar as linhas do Ataíde ou Praia da Costa via Vila Batista.

Comércio pequeno com birosacas, botecos e vendas, e prestações de serviços, sem localização central.

Predomina entre os regularmente ocupados, o subemprego, existindo também muitos desempregados por falta de documentação. As empresas de construção civil que operam no Porto de Capuaba, provêm o maior número de empregos ao bairro.

Os movimentos comunitários de Santa Rita e Ataíde, contam com a participação dos moradores de Capuaba, mantendo-se através de verbas do Governo e promoções sociais da diretoria. Oferecem leite obtido da LBA, cursos profissionalizantes, visitas de assistentes sociais, reuniões para discussão dos problemas locais.

Predominam religiões pentecostais e funcionam também, dois centros espíritas de umbandas e uma igreja católica.

2.4.6. ILHA DAS GOIABEIRAS

Seguimento do bairro Vila Batista, situa-se entre a Estrada Jerônimo Monteiro e o braço de mangue que o separa da Ilha das Flores, tendo acesso pela rua Faustino Falcão. A ilha foi requerida há quase 40 anos e em 1965 foi loteada sob licença do SPU do qual a maioria tem o terreno aforado. A maioria das casas são próprias, estando 80% sobre terrenos baixos, das quais 60% alagáveis e 20% alagados; as assentadas sobre terrenos altos estão no morro da Pedra. 60% da área do assentamento foi conquistada por aterro, e a maioria das habitações são em madeira. A densidade atinge 270 hab/ha com seus 1.000 habitantes distribuindo-se por 3,7 ha.

A rede elétrica serve a todos os moradores, através de ligações domiciliares padrão. Também oferece iluminação pública ao bairro.

No que se refere a esgotos, apenas a minoria dos moradores são servidos por uma rede precária construída pelos próprios. Os demais tem os esgotos jogados diretamente na maré, sem qualquer solução aparente.

O lixo não tem recolhimento, tendo como destino o canal de maré, e apresentando o resto do assentamento aspectos higiênico e sanitário precário.

Em casos de socorros médicos, a população conta com o atendimento precário do ambulatório municipal de Paul. São frequentes casos de doenças nervosas, doenças da pele e verminose.

O assentamento é servido por ensino de 1^a a 4^a séries do 1º Grau e o MOBRAL no turno da noite.

Quanto a segurança pública, o assentamento é atendido pela delegacia de polícia de Ilha das Flores e de Vila Garrido, não tendo presença de policiamento ostensivo.

As vias de circulação apresentam-se na maioria como vias de pedestres e o restante como vias carroçáveis, estando ambos os tipos em mau estado de conservação.

A recreação ativa consiste nos jogos do time local, das pescarias e brincadeiras infantis na maré; a recreação passiva se resume apenas ao bate-papo nos bares.

Dentro do próprio segmento não há atividade comercial, sendo utilizado o comércio e serviços diversificados localizados na estrada Jerônimo Monteiro. As pessoas empregadas regularmente (carteira assinada) estão na maior parte no setor terciário, empregados como comerciários ou como funcionários públicos, policiais e vigilantes particulares.

Cerca de 40% da população trabalhando na construção civil acham-se como biscateiros no setor informal.

Há cultivo de horta próximo ao segmento nos terrenos finais e, também é praticado a pesca do carangueijo e siri no mangue.

Não há centro comunitário no assentamento, e a única outra organização de bairro existente é o Aratu Social Futebol Clube (clube de futebol de Várzea).

No segmento não há templos religiosos, mas já existe um grupo de vizinhos reunindo para criar um templo da Igreja Petencostal.

2.4.7. SEGMENTO PEDRA DOS BÚZIOS

Partindo da Estrada Jerônimo Monteiro, entre as encostas do morro do Garrido e o mangue, essa ocupação, que iniciou-se há cerca de 25 anos, se faz por avanços em aterros sucessivos e paulatino prolongamento da rua João Pereira Bezerra.

O processo continua nos dias atuais, já tendo essa rua cerca de 800m e faltando apenas 300m para atingir o bairro Alecrim.

O assentamento, ao longo da saia do morro, avança em alguns trechos sobre o mar, utilizando terras tiradas da encosta cuja declividade, muito grande, acentua-se ainda mais, conformando barreiras que sofrem constantes quedas arrastando junto as casas. O aterro da rua, feito sem escoamento ao longo da base do morro, sobre o mangue, causa empossamento da enxurrada que desce, por um lado, e sofre o assédio da maré, por outro, fazendo com que o bairro seja alagado constantemente. A maioria das 300 casas são de madeira, ocupando linearmente 6,7 ha com uma densidade de 224hab/ha.

O abastecimento de água é regular, mas nem todas as casas têm ligação, e a rede sofre ligações sucessivas. A rede elétrica domiciliar e iluminação pública atinge apenas a rua principal. A totalidade das vias de circulação apresenta-se em mau estado.

Não há equipamento de saúde e tampouco de segurança, e a escola de 1º Grau, situada no outro extremo do bairro atende mal por ter acesso difícil. Tampouco há espaços ou equipamentos de lazer e recreação, limitando-se ao aspecto passivo, exceto a pescaria.

O comércio e serviços situam-se na Jerônimo Monteiro, mas no interior do bairro é inexistente, assim como outras atividades econômicas. Há na encosta do morro do Garrido algumas chácaras que, contudo, não produzem excedentes comercializáveis.

Não há equipamento de associação comunitária, e os serviços religiosos estão representados por um templo da Assembléia de Deus e um outro espírita. Fora isso, a única manifestação da organização são os grupos de futebol.

2.5.

BAIRRO PORTO DE SANTANA

O processo de ocupação de Porto de Santana, antiga Fazenda de São João, se verificou nas duas últimas décadas. Mesmo assim, os moradores não tem uma situação definida em termos de posse da terra, pois a área é de propriedade da Prefeitura Municipal de Vitória, embora o bairro esteja no Município de Cariacica.

Objetivando legalizar a situação dos terrenos, a Prefeitura de Vitória vem procurando definir um preço para o metro quadrado, de forma que os moradores possam tomar posse definitiva da área.

Assentado sobre três morros: do Matadouro, do Meio e Aparecida, o bairro está localizado a Leste do canal da Baía de Vitória, e é cortado pela Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Sua ocupação se processou de forma desordenada, se verificando primeiramente no morro do Matadouro e se estendendo em seguida para os demais. Todo o bairro compreende uma área total de 101ha.

Estes morros são oriundos do período pré-cambriano, de embasamento gnáissico, com alguns afloramentos rochosos. O solo aí desenvolvido, o latossolo vermelho de textura argila arenosa, é um solo profundo, coeso, e as rochas ocorrem nas cotas mais baixas, normalmente.

Geomorfologicamente, os morros assim se apresentam:

- . o morro do Matadouro apresenta nas vertentes Sul e Leste um relevo escarpado com barrancos de até 35m de altura; a declividade natural nestas vertentes já era alta (maior 100%), e foi muito acentuada com os cortes

tes feitos nos barrancos). A vertente Oeste apresenta forte ondulado e a vertente Norte tem também relevo ondulado.

Os morros do Meio e da Aparecida tem, de uma maneira geral, relevo ondulado e algumas vertentes montanhosas. O morro do Meio tem cota máxima 68,4m e o morro da Aparecida 71,4m.

Pequena parte do bairro está situada sobre baixadas ao pé dos morros. Estas baixadas são terrenos sedimentares de relevo plano, embrejados, sujeitos a inundações nas épocas de chuva.

Existe, também, uma formação de mangue entre os morros do Matadouro, Meio e Porto Novo.

O Porto de Santana é um bairro consolidado de ocupação antiga e a maioria das casas é de madeira.

O traçado das ruas acompanha aproximadamente as curvas de nível, nas algumas ruas tem forte declividade, todas em péssimo estado de conservação, principalmente as últimas.

Os problemas de infra-estrutura se inter-relacionam: não existe drenagem nas ruas, apenas sulcos e valetas, as águas servidas e alguns esgotos são jogados nas valetas.

O lixo não é recolhido, sendo depositado em frente a algum terreno baldio, e nas épocas de chuva, todos estes despejos se misturam, espalhando-se nas ruas, descendo nos quintais e inundando as partes baixas do bairro, onde ocorrem frequentes enchentes e entupimento do precário sistema de drenagem existente.

O abastecimento d'água é precário, chegando água somente a noite; no morro de Aparecida a pressão é baixa, e a falta d'água é permanente.

Outros setores recebem água em dias alternados e poucas ruas são abastecidas diariamente.

Praticamente todas as ruas do Aglomerado são servidas satisfatoriamente, pela rede elétrica. Entretanto, o serviço de iluminação pública, atende apenas a pouquíssimas ruas do bairro.

Fica claro então que, somente uma intervenção que integre as várias soluções propostas pode ser eficiente. Nossas propostas aos problemas de esgoto sanitário, drenagem pluvial, contenções, lixo, se compensam e a eficiência de cada uma depende das outras.

No que se refere à rede escolar, o bairro, por estar próximo de áreas providas de salas de aula, tem sofrido uma pressão de demanda bem acima de sua capacidade instalada. Por isto, uma proposta para esse bairro não pode ser isolada de uma solução para as áreas vizinhas. Se for levado em consideração, somente a demanda dentro da área, a capacidade instalada ainda é insuficiente.

Existe, inclusive, dentro da área, Escola Singular, uma classe com várias séries, o que normalmente só acontece na zona rural.

Muitas escolas funcionam com instalação física bastante precária (barra-cos de madeira).

O bairro conta com um Centro Comunitário pertencente à SEBS, que mantém convênios com a LBA, SEDU e PMC. Além desses órgãos, atuam também a COS (cursos profissionalizantes), SESI (serviços apenas para os associados) e a Comunidade Eclesial de Base (reuniões reivindicatórias). O atendimento médico é deficitário, forçando a população a se deslocar para outros bairros como Itacibá e Jardim América, pois os dois postos que existem dentro do bairro não oferecem o mínimo para que a população possa desfrutá-lo.

3. ANÁLISE ADMINISTRATIVA, INSTITUCIONAL E FINANCEIRA
DOS ÓRGÃOS INTERVENIENTES

A análise deverá mostrar os aspectos administrativos, institucionais e financeiros dos órgãos que irão participar da execução dos projetos que comporão o conjunto do Programa para as áreas de Vitória, Vila Velha e Cariacica. Objetiva dar uma visão dos órgãos face às dimensões dos projetos, de forma a assegurar a sua plena execução e operacionalização, tornando efetivo, ao longo do tempo, os benefícios que o Programa reserva para as populações de baixa renda.

- ANÁLISE ADMINISTRATIVA E INSTITUCIONAL

Primeiramente, far-se-á uma descrição da estrutura organizacional do órgão, tendo como objetivo definir os setores que irão se envolver diretamente com o Projeto. Definindo o setor, passa-se à análise administrativa e institucional do mesmo, focalizando a sua estrutura organizacional, sua jurisdição administrativa para, em seguida, analisar a sua capacitação técnica.

- ANÁLISE FINANCEIRA

Será desdobrada em duas partes, tendo em vista que os diversos órgãos abrangem a administração direta e indireta, exigindo, com isso, análises diferenciadas.

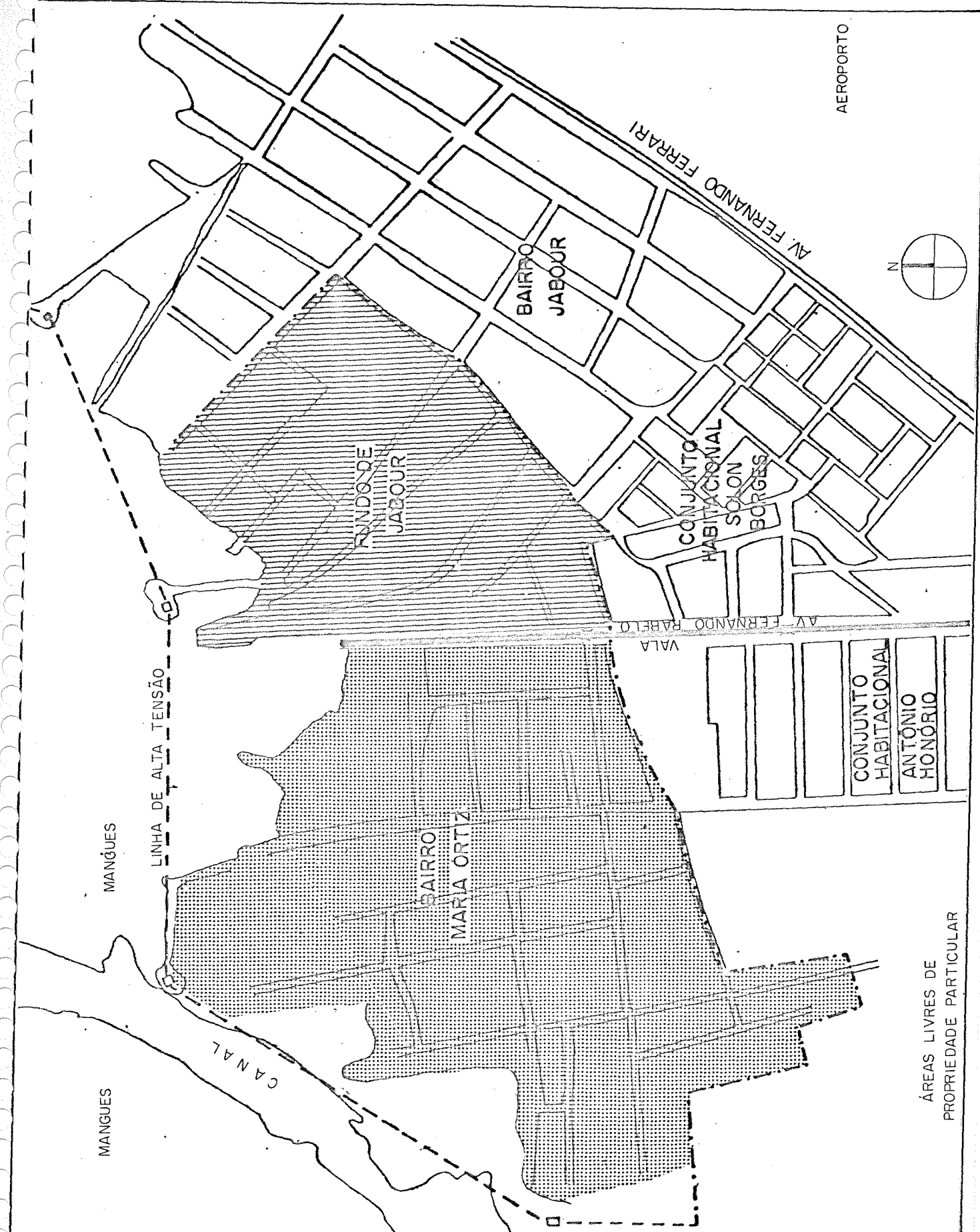
Para a administração direta serão analisados:


- . comportamento da receita;
- . comportamento da despesa;
- . equilíbrio receita/despesa.

Para a administração indireta e demais órgãos, a análise se concentrará no cálculo dos indicadores econômicos-financeiros a seguir:

- . Índice de liquidez corrente: ativo circulante/passivo circulante;
- . Índice de endividamento total: passivo circulante + exigível a longo prazo/patrimônio líquido;

- . Índice de endividamento a longo prazo: exigível a longo prazo / patrimônio líquido;
- . pressão das exigibilidades a longo prazo: exigível a longo prazo / capital circulante líquido;
- . cobertura dos encargos financeiros: resultado do exercício (anterior do I.R.) + despesas financeiras / despesas financeiras do exercício.



 fundação jones dos santos neves	PROGRAMA CPM / BIRD	
	SUB- PROJETO VITÓRIA MARIA ORTIZ	
	DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO MARIA ORTIZ	
		ESCALA: = 1/5.000

